



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À ADOÇÃO: ESCUTA ATIVA DE CRIANÇAS EM
SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO**

Isabela Silva Rocha

UBERABA-MG
2018

Isabela Silva Rocha

Da institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situação de acolhimento

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Psicologia e Família

Orientador: Dr.^a Martha Franco Diniz Hueb

UBERABA-MG
2018

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

R573d Rocha, Isabela Silva
Da institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situação de
acolhimento / Isabela Silva Rocha. -- 2018.
113 f. : il., fig., tab.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) -- Universidade Federal do Triân-
gulo Mineiro, Uberaba, MG, 2018
Orientadora: Profa. Dra. Martha Franco Diniz Hueb

1. Psicologia infantil. 2. Adoções -- Psicologia. 3. Acolhimento. 4. Institu-
cionalização. 5. Cuidadores. 6. Compreensão. I. Hueb, Martha Franco Diniz.
II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 159.922.7

ISABELA SILVA ROCHA

**DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À ADOÇÃO: ESCUTA ATIVA DE CRIANÇAS EM
SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO**

Data da aprovação: ___/___/___

Membros Componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Prof.^a Dr.^a Martha Franco Diniz Hueb
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Conceição Aparecida Serralha
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Fernanda Telles Márques
Universidade de Uberaba

Local: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS)

DEDICATÓRIA

Às crianças e adolescentes que vivenciam a realidade do acolhimento institucional, com quem aprendi sobre o amor em meio a dor, a força diante do caos, a alegria presente na simplicidade e, sobretudo, a ter esperança de um futuro melhor.

“Tu, Senhor, conheces o desejo dos humildes; ouvirás seu clamor e os confortarás. Farás justiça ao órfão e ao oprimido, para que nenhum simples mortal volte a lhes causar terror.” Salmos 10.17-18

AGRADECIMENTOS

A Deus, “*pois todas as coisas vêm dEle, existem por meio dEle e são para Ele. A Ele seja toda a glória para sempre! Amém!*” (Romanos 11.36). Pai Celestial, primeiramente, obrigada por minha adoção, na qual eu me tornei sua filha, mediante a fé em Cristo Jesus. Também agradeço pela conclusão desse mestrado que representa para mim a concretização de um sonho; pela oportunidade de aprender sobre um tema tão lindo e importante; por ser a minha fortaleza nos dias de medo, angústia e desânimo; por sua ajuda diante de cada batalha que surgiu ao longo dessa caminhada; pela proteção nas incontáveis viagens que precisei realizar e por ter colocado pessoas tão maravilhosas em meu caminho. Compreendo que nada disso é por meu merecimento, mas sim por tua graça que é incalculável.

Aos meus pais, Maria Angélica e Paulo, pelo exemplo de perseverança e pela sólida formação que me proporcionou a continuidade nos estudos até chegar a este mestrado. Meus eternos agradecimentos!

À Rafaela, minha irmã e amiga, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e torcendo por mim, independente da distância entre nós.

Ao meu amor, Wilton Júnior, pelo carinho, companheirismo e pela compreensão das minhas ausências. Você foi meu grande incentivador, fazendo-me acreditar que posso ir além do que imagino.

À família “Ferreira da Silva” por sempre terem me acolhido com tanto carinho e por me fortalecerem com as suas orações.

Aos meus padrinhos, Homero e Simone, por se fazerem presentes apesar da distância, mostrando a importância dos estudos e me incentivando a ir à luta pelos meus objetivos.

À Carol pela hospitalidade e receptividade nas diversas noites que estive em Uberaba.

À minha prima, Letícia, pela ajuda com o abstract.

Um agradecimento muito especial à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Martha Franco Diniz Hueb pela paciência, amizade, conhecimento compartilhado, por ser muito presente e, ao mesmo tempo, por ter me permitido grande liberdade de ação, contribuindo para o meu desenvolvimento. Obrigada por me aceitar, sem, ao menos, me conhecer e por ter acreditado em meu trabalho. Você é um grande exemplo de profissional para mim!

À Prof^a. Ma. Marcionila Rodrigues da Silva Brito, uma inspiração, que me acolheu em um momento de incertezas e me incentivou a ir em frente à busca pela concretização desse sonho.

Ao Exmo. Dr. José Roberto Poiani, Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca de Uberlândia, que com sua sobriedade, prudência e sabedoria, luta em favor das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Obrigada por autorizar a realização dessa pesquisa.

À Vera, comissária da Vara da Infância e Juventude, por ser tão acessível e pela cordialidade com que sempre me recebeu. Seu apoio foi fundamental!

À instituição de acolhimento por ter permitido a realização do estudo.

Aos participantes (crianças e profissionais) por me ensinarem tanto, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional. Levo cada um de vocês em meu coração!

SUMÁRIO

Resumo.....	09
Abstract.....	10
Apresentação da Dissertação.....	11
Estudo 1.....	14
Resumo.....	14
Introdução.....	16
Método.....	21
Resultados e Discussão.....	25
Considerações Finais.....	52
Referências.....	53
Estudo 2.....	57
Resumo.....	57
Introdução.....	59
Método.....	64
Resultados e Discussão.....	67
Considerações Finais.....	86
Referências.....	88
Considerações Finais da Dissertação.....	91
Referências.....	95
Apêndices.....	101
Apêndice A – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Menores de Idade).....	102
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Maiores de Idade)...	105
Apêndice C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	107
Anexos.....	108
Anexo I – Autorização Judicial I.....	109
Anexo II – Autorização Judicial II.....	111
Anexo III – Artigo Submetido ao Periódico Psicologia & Sociedade.....	113
Anexo IV - Parecer de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.....	114

RESUMO

A escuta de crianças é assunto de grande relevância, principalmente no contexto do acolhimento institucional e na preparação para o processo adotivo. Diante disso, o objetivo dessa Dissertação foi compreender a transição da institucionalização para a adoção a partir do olhar da própria criança e a escuta dessas na perspectiva dos profissionais de instituições de acolhimento. Realizaram-se dois estudos empíricos, descritivos, de corte transversal, abordagem qualitativa e que utilizaram a metodologia do estudo de caso coletivo. O Estudo 1 teve por objetivo identificar sentimentos e expectativas que crianças em acolhimento, já destituídas do poder familiar e com o processo de adoção em andamento, atribuem à transição da institucionalização para a adoção. Participaram desse estudo cinco crianças, uma vez que se esgotou o campo da pesquisa. A coleta de dados teve início com uma consulta ao Plano Individual de Atendimento, relatório que possibilitou conhecer a respeito da história de vida dos participantes. Posteriormente, foram realizados dois encontros, sendo o primeiro uma Sessão Lúdica e no segundo valeu-se do procedimento Desenho-Estória Temático, com quatro temas específicos: Desenhe o que uma criança gosta de fazer na instituição de acolhimento até ser adotada; Desenhe uma criança que está esperando por adoção; Desenhe o que você acha que sente uma criança que está vivendo na instituição, longe da família de origem; Desenhe como seria a família que você gostaria de ter. Os dados obtidos com a Sessão Lúdica e Desenho-Estória com Tema foram analisados e interpretados segundo o método da livre inspeção do material a partir do processo compreensivo, sustentados na psicanálise winnicottiana. Destacou-se a relevância da escuta ativa com crianças institucionalizadas, que estão à espera da adoção, como forma de viabilizar-lhes a expressão de sentimentos e ansiedades e possibilitar-lhes uma melhor transição para a família substituta. O Estudo 2 objetivou compreender o trabalho de profissionais de uma instituição de acolhimento, principalmente, no que se refere à realização da escuta das crianças. Dessa forma, dez profissionais responderam a uma entrevista aberta, mediada pela apresentação de uma figura que foi acompanhada pela seguinte solicitação: “Olhando esta figura, fale a respeito de como é trabalhar em uma instituição de acolhimento e escutar o que as crianças procuram lhe dizer”. Na sequência também foi realizada uma entrevista semiestruturada, com o objetivo de acessar dados sociodemográficos, informações a respeito da rotina e demais aspectos relacionados ao trabalho dos participantes, enfatizando a escuta das crianças por parte desses. Os dados foram analisados de forma descritivo-interpretativa, consonante ao método das Narrativas Psicanalíticas. Os resultados deram visibilidade à necessidade de políticas públicas voltadas para a formação continuada, reconhecimento e valorização dos profissionais a fim de que possam atender de forma mais efetiva o melhor interesse das crianças que estão institucionalizadas para que essas fiquem livres de possíveis preconceitos, tendo assegurados e respeitados os seus direitos civis, sociais e culturais.

Palavras-chave: Institucionalização. Criança acolhida. Adoção. Cuidadores. Escuta ativa.

ABSTRACT

Listening to children is a matter of great importance, especially in the context of institutional reception and preparation for the adoption process. Therefore, the purpose of this work was to understand the transition from institutionalization to adoption from the perspective of the child itself and the listening of children from the perspective of the professionals of the host institutions. Two empirical studies, descriptive, cross-sectional, qualitative approach were carried out, using the methodology of the collective case study. Study 1 aimed to identify feelings and expectations that institutionalized children, already deprived of family power and with the ongoing adoption process, attribute to the transition from institutionalization to adoption. Five children participated in this study, once that the field of research has exhausted. The data collection began with a consultation to the Individual Plan of Attendance, a report that made it possible to know about the participants life history. Afterwards, two meetings were held, the first one was a playful session and the second was made use of the Thematic Story-Design procedure, with four specific themes: Draw what a child likes to do in the host institution until adopted; Draw a child who is waiting for adoption; Draw what you think a child who is living in the institution feels, away from the family of origin; Draw how would be a family you would like to have. The obtained data from the Play Session and Theme-Story Design were analyzed and interpreted according to the method of free inspection of the material from the comprehension process, sustained in the winnicottian psychoanalysis. The importance of active listening with institutionalized children, who are waiting for adoption, was highlighted as a way to enable them to express their feelings and anxieties and to enable them to make a better transition to the surrogate family. The second study aimed to understand the work of professionals from a host institution, especially regarding the performance of listening to children. Thus, ten professionals responded to an open interview, mediated by the presentation of a figure that was accompanied by the following request: "Looking at this figure, talk about what it is like to work in a host institution and listen to what children are trying to tell you ". A semistructured interview was also conducted, with the purpose of accessing sociodemographic data, information about the routine and other aspects related to the work of the participants, emphasizing the listening of the children by them. The data were analyzed in a descriptive-interpretative manner, consonant with the method of Psychoanalytic Narratives. The results gave visibility to the need for public policies aimed at the continuous training, recognition and valorization of professionals so that they can more effectively serve the best interests of children who are institutionalized so that they are free of possible prejudices, having been assured and respected their civil, social and cultural rights.

Keywords: Institutionalization. Child foster. Adoption. Caregivers. Active listening.

APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

No último período da minha graduação em Psicologia, durante a realização de um estágio na clínica da Universidade Federal de Uberlândia, tive a oportunidade de atender uma criança que havia sido acolhida institucionalmente devido à suspeita de abuso sexual intrafamiliar, situação que colocou-me diante de temas bastante impactantes, com os quais eu havia tido pouco contato até então. Ao me debruçar sobre as produções a respeito do acolhimento institucional e do abuso sexual, notei que os conteúdos iam além de teorias e técnicas, retratando uma luta em defesa de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, o que foi muito instigante para mim e fez com que eu desejasse, de alguma forma, poder contribuir com essa luta.

Simultaneamente à conclusão da minha graduação fui aprovada em um processo seletivo para atuar como psicóloga em uma instituição de acolhimento. Assim, essa realidade que conheci no estágio se mostrou presente na vida de muitas outras crianças com as quais comecei a conviver. Sentia-me diante de uma situação desafiadora, com histórias carregadas de dor e sofrimento, logo notei que precisava de ajuda e, felizmente, encontrei um grande apoio em uma profissional brilhante, Ma. Marcionila Rodrigues da Silva Brito, professora aposentada da Universidade Federal de Uberlândia, que além de me oferecer suporte diante das dúvidas, também me apresentou o instrumento Desenho-Estória e seus derivados, bem como suas potencialidades, o que veio a contribuir muito para a minha prática no contexto do acolhimento institucional.

Uma dificuldade com a qual me deparei foi durante a preparação de crianças para a adoção, pois por parte de algumas havia uma recusa quando se falava sobre a possibilidade de serem adotadas. Assim, já se encontravam destituídas do poder familiar, com possibilidades concretas de adoção, mas com grandes dificuldades em aceitar a inserção em uma família substituta. Urgia a necessidade de elaboração de estratégias e utilização de

algumas técnicas para que fosse trabalhada esta temática, uma vez que destituídas do poder familiar não mais voltariam a conviver com a família de origem, conforme preconiza a legislação.

Desse modo, surgiu o desejo de pesquisar a respeito dos sentimentos e expectativas que perpassam o processo adotivo na ótica das crianças que o vivenciam, oferecendo-lhes um espaço de escuta, já que a literatura científica apresenta esse segmento como o menos ouvido nessas situações (Bernardi, 2010; Guimarães, 2015, Oriente & Souza, 2007). Assim sendo, ao idealizar o Estudo 1 dessa Dissertação, objetivei contribuir tanto com as crianças, colocando-as como protagonistas do processo adotivo, quanto com os profissionais, pois a partir da compreensão do que se passa com a criança, supõem-se que eles poderão estar melhor preparados para apoiá-la nesse processo de transição.

Ferramentas que se mostraram muito eficazes ao longo desta preparação foram o brincar livremente com a criança em Sessões Lúdicas e o Desenho-Estória Temático, por isso esses foram os procedimentos escolhidos para a coleta de dados no Estudo 1, os quais se mostraram muito adequados nessa pesquisa, permitindo à criança expor suas angústias em relação ao afastamento da família de origem, além de seus medos, desejos e fantasias em relação à família substituta, tudo isso de uma forma lúdica, não invasiva. A linguagem verbal, lúdica e expressiva, mediadas por tais técnicas viabilizaram formular intervenções que beneficiassem tanto às crianças quanto os postulantes à adoção.

O projeto do Estudo 2 também ocorreu a partir de demandas identificadas no cotidiano da instituição de acolhimento. Através de reuniões, momentos de interação e diálogo com os demais colaboradores da instituição foi possível notar que são recorrentes as dificuldades e dúvidas em lidar com algumas particularidades e histórias que as crianças/adolescentes relatam no dia-a-dia referente à sua família de origem, motivo do acolhimento, etc. Notei que em alguns casos os colaboradores sofriam com os relatos e

sentiam-se impotentes diante das situações. Assim, alguns agiam de modo a esquivar do assunto, outros faziam questionamentos, davam conselhos, direcionamentos de conduta, faziam um cafuné, ofereciam colo, ou até mesmo, um abraço, uma comida diferente, entre outras coisas. Enfim, cada profissional reagia de uma forma diante das falas das crianças, de acordo com suas experiências e convicções.

Pude conhecer de perto a realidade do trabalho no acolhimento institucional, o qual, frequentemente, coloca o colaborador diante de histórias de abandono e diversos tipos de violência, evidenciando que aqueles que cuidam também precisam ser cuidados, ouvidos, assistidos e capacitados para que não adoçam e estejam em condições de desempenhar um trabalho de qualidade. Assim, o Estudo 2 objetivou compreender a respeito da realidade que esses profissionais vivenciam, principalmente, no que diz respeito à escuta das crianças acolhidas. Para isso utilizou-se como instrumentos uma entrevista aberta e outra semiestruturada, proporcionando a esses trabalhadores um espaço para também serem escutados.

Na sessão Considerações finais, ao final desta Dissertação, são apresentados os principais ganhos destes dois estudos, bem como suas limitações. São expostas contribuições que poderão ter aplicação prática e reflexões sobre a atuação nesse contexto. Por fim, são elencadas as possibilidades e necessidades de pesquisas nesse campo.

ESTUDO 1

Escuta ativa de necessidades, sentimentos e expectativas de crianças em processo de adoção¹

Active listening of needs, feelings and expectations of children in the process of adoption

Escucha activa de necesidades, sentimientos y expectativas de niños en proceso de adopción

Resumo

Trata-se de um estudo empírico, qualitativo, descritivo, embasado no marco teórico psicanalítico, realizado com cinco crianças acolhidas institucionalmente e em processo de preparação para a adoção, o qual objetivou identificar quais sentimentos e expectativas são atribuídos por parte dessas crianças à possibilidade de serem adotadas. A coleta de dados se sustentou em consultas ao Plano Individual de Atendimento, na técnica de Observação Lúdica e no Procedimento Desenho-Estória com Tema. Os dados obtidos com a Sessão Lúdica e Desenho-Estória com Tema foram analisados com base no Diagnóstico Compreensivo e Livre Inspeção do Material. Os resultados demonstram a relevância da escuta ativa com crianças institucionalizadas que estão em preparação para a adoção, como forma de viabilizar-lhes a expressão de sentimentos e ansiedades e possibilitar-lhes uma melhor transição para a família substituta.

Palavras-chave: institucionalização; adoção; criança acolhida; escuta ativa.

¹ Autoras: Isabela Silva Rocha e Martha Franco Diniz Hueb. Artigo submetido ao periódico Psicologia & Sociedade e aguardando decisão editorial.

Abstract

This is an empirical, qualitative, descriptive study, based on the theoretical framework of psychoanalysis, carried out with five children who were institutionally welcomed and in preparation process for adoption, which aimed to identify which feelings and expectations are attributed by these children to the possibility of being adopted. The collection of data was based on consultations with the Individual Plan of Attention, the Technique of Ludic Observation and the Drawing-Story Procedure with Theme. The data obtained with the Ludic Session and Theme-Story Design were analyzed based on the Comprehensive Diagnosis and Free Material Inspection. The results demonstrate the relevance of active listening with institutionalized children who are in adoption preparation, as a way to make them possible to express feelings and anxieties and to enable them to better transition to the substitute family.

Keywords: institutionalization; adoption; child foster; active listening.

Resumen

Se trata de un estudio empírico, cualitativo, descriptivo, basado en el marco teórico psicoanalítico, realizado con cinco niños acogidos institucionalmente y en proceso de preparación para la adopción, el cual objetivó identificar qué sentimientos y expectativas son atribuidos por parte de esos niños a la posibilidad de ser adoptados. La recolección de datos se sustentó en consultas al Plan Individual de Atención, en la técnica de Observación Lúdica y en el Procedimiento Dibujo-Estrategia con Tema. Los datos obtenidos con la Sesión Lúdica y Dibujo-Estrategia con Tema fueron analizados con base en el Diagnóstico Comprensivo y la libre inspección del Material. Los resultados demuestran la relevancia de la escucha activa con niños institucionalizados que están en preparación para la adopción, como manera de viabilizarles la expresión de sentimientos y ansiedades y posibilitarles una mejor

transición para la familia sustituta.

Palabras claves: institucionalización; adopción; niño acogido; escucha activa.

Introdução

As transições da família de origem para a instituição de acolhimento e da referida instituição para a família substituta podem ser atravessadas por intensa angústia, por isso, precisam ser bem acompanhadas. Assim sendo, esse estudo buscou investigar a transição da institucionalização para a adoção sob a ótica da própria criança que está vivenciando tal processo. Para isso, inicialmente, foi necessário revisitar, do ponto de vista teórico, três desdobramentos que se inter-relacionam: (1) o acolhimento institucional, (2) a adoção, e (3) a escuta de crianças institucionalizadas, os quais passam a ser apresentados na sequência.

As políticas públicas que são direcionadas à infância e juventude, visando garantir-lhes assistência e proteção, sofreram importantes modificações ao longo dos anos, sendo que muitas delas tiveram início a partir de 1990 com a elaboração e homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] (Brasil, 1990), o qual os reconhece como sujeitos possuidores de direitos e deveres (Guedes & Scarcelli, 2014). Dentre os principais direitos previstos pelo ECA, destaca-se a convivência familiar e comunitária, o que contribuiu para o fim da institucionalização arbitrária de crianças e adolescentes, ficando as instituições de acolhimento responsáveis por conduzir um trabalho que priorize a reintegração familiar (Brasil, 1990).

O ano de 2009 foi significativo quanto às legislações que regulamentam a institucionalização e adoção de crianças e adolescentes no Brasil. Nesse período foram criadas as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA & CNAS, 2009), assim como, foi promulgada a Lei 12.010, que

ressalta a prioridade dada à criança – em instituição de acolhimento – na tentativa de diminuir o tempo que o judiciário despende na tomada de decisão sobre a sua reinserção na família de origem ou extensa, e como última opção, a sua inserção em família substituta.

Mais recentemente, em 22 de novembro de 2017, foi promulgada a Lei 13.509, a qual reduz de 24 para 18 meses o limite de prazo para que o Judiciário decida sobre a destituição da criança do poder familiar e sobre a sua inserção em programas de adoção, favorecendo assim, seu crescimento afetivo e desenvolvimento em uma nova família, quando a de origem não possui mais condições mínimas de despender-lhe cuidados. Assim, a criança/adolescente somente poderá permanecer mais que 18 meses institucionalizada, nos casos em que fique comprovado e seja fundamentado pela autoridade judiciária que a permanência é necessária e atende ao maior interesse do acolhido. Além disso, o prazo de levantamento e busca pela família extensa foi limitado a 90 dias, o que faz com que o pedido de destituição do poder familiar e andamento de tal processo seja realizado com maior rapidez, permitindo que as crianças/adolescentes tenham sua situação jurídica resolvida de forma mais ágil e possam ser inseridos em família substituta o quanto antes, tendo em vista que quanto mais nova a criança, maiores as chances de adoção.

Por conseguinte, o ECA (Brasil, 1990), a Lei 12.010/09, as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (CONANDA & CNAS, 2009) e, recentemente, a Lei 13.509/17, possibilitaram avanços para com o cuidado de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Esses documentos são, portanto, muito claros no que tange ao acolhimento institucional, ao tratar de seu caráter provisório e temporário, não devendo se constituir em privação de liberdade para o acolhido. Sendo responsabilidades da instituição: preservar os vínculos familiares, preferencialmente, na família de origem e, quando não for possível, na família substituta; oferecer às crianças/adolescentes um

atendimento personalizado, com participação nos serviços da comunidade; promover atividades que lhes possibilitem desenvolvimento e autonomia, preparando-os, gradativamente, para o desligamento.

Assim sendo, é responsabilidade das instituições de acolhimento propiciar um ambiente que contribua para o desenvolvimento saudável das crianças (Medeiros & Martins, 2018). Sendo importante saber escutá-las, compreendendo suas necessidades e desejos e construindo relações afetivas seguras. A esse respeito a teoria do amadurecimento de Winnicott pode oferecer contribuições, pois destaca a importância de um ambiente acolhedor e bem adaptado para o desenvolvimento humano, principalmente, no início da vida, quando se constituem as bases da saúde psíquica e os alicerces da personalidade (Dias, 2003). Para Winnicott (1988/1990), o indivíduo herda uma tendência ao crescimento físico e psicológico que dependem do ambiente para se concretizar. Logo, quando aquele que exerce a função de cuidar consegue comunicar-se com a criança no nível de suas necessidades, mantendo um ambiente suficientemente bom, vai conferindo um sentido de realidade ao seu encontro com o mundo, o que o permite assegurar a sua continuidade de ser (Winnicott, 1988/1990).

Enquanto a criança está acolhida institucionalmente, a família de origem é orientada e apoiada visando a reintegração familiar. Contudo, caso ela não consiga se organizar para receber os filhos de volta ocorre a destituição do poder familiar e a adoção passa a representar uma possibilidade de convivência em família para estas crianças que não puderam ser criadas pelos pais consanguíneos, assim como também é uma oportunidade de exercer a paternidade/maternidade para pessoas que não puderam ter filhos ou que optaram por cuidar de crianças com as quais não possuem ligação genética, consistindo em uma via de mão dupla, em que pais e filhos se adotam mutuamente (Pereira & Azambuja, 2015).

O surgimento do ECA (Brasil, 1990) possibilitou reformulações tanto no modo de funcionamento do acolhimento institucional quanto na concepção sobre a adoção. Esta, que antes procurava atender as demandas de casais inférteis, ganhou outro sentido, o de encontrar uma família para crianças ou adolescentes, que por algum motivo, foram afastados do convívio de suas famílias de origem. Desse modo, a adoção passou a ser concretizada somente quando apresenta vantagens para a criança ou adolescente, dando-lhes os mesmos direitos e deveres de filhos consanguíneos (Merçon-Vargas, Rosa & Dell’Aglío, 2015).

A adoção é, pois, um processo complexo, o qual encontra-se permeado por diversos sentimentos e expectativas de ambas as partes envolvidas. No caso das crianças, antes que o processo adotivo aconteça há uma história de rompimento de vínculos precoce, que em algumas situações também é acompanhado pelo sofrimento de diversos tipos de violências. Para os pais, o que precede a adoção também pode ser doloroso, pois na maioria das vezes está relacionado à incapacidade de procriar, ocasionando uma ferida narcísica que é acompanhada pelo luto do filho que não é gerado, associando-se a isso os temores decorrentes do acolhimento de uma criança que tem sua origem desconhecida e temida por eles (Reis, 2014). Assim, nota-se que é fundamental a preparação tanto dos postulantes quanto das crianças antes de vivenciarem o processo adotivo, sendo essa uma exigência legal, sinalizada pela Lei 12.010 (Brasil, 2009) e Lei 13.509 (Brasil, 2017).

Essa necessidade de preparar as crianças antes da inserção em uma família substituta foi relatada por estudiosos da área, dentre eles, Contente, Cavalcante e Silva (2013), que perceberam uma concordância entre os profissionais que trabalham no campo da adoção sobre os benefícios que podem ser obtidos com a referida preparação. Hueb (2016) também apresenta contribuições nesse sentido, apontando que durante esse processo é fundamental que a criança tenha espaço para falar de sua história de vida, ressignificar acontecimentos,

tirar dúvidas, além de lhes serem apresentadas informações sobre a futura família por adoção. A referida autora também ressalta que o mais adequado é que esse trabalho seja realizado por uma equipe interdisciplinar, envolvendo tanto as equipes do judiciário, quanto as equipes das instituições de acolhimento, além de contar com apoio dos Serviços-Escola de Universidades, ou psicólogos e assistentes sociais autônomos, estudiosos do tema.

Diante disso, a escuta de crianças é assunto de grande relevância, principalmente na preparação para o processo adotivo, fato que tem obtido cada vez mais um maior interesse por parte tanto dos profissionais da área quanto de pesquisadores. A participação deste público em pesquisas tem sido cada vez mais valorizada, em especial naquelas que buscam escutar o que as crianças têm a dizer, suas narrativas e vivências. Desse modo, elas passam a ocupar o lugar de protagonistas na pesquisa e com isso o conhecimento obtido não fica restrito apenas ao relato de adultos sobre elas (Araújo, Nascimento & Nascimento, 2017). Entretanto, Reis (2014) pontua que há poucos estudos a respeito das emoções que perpassam o processo de adoção na perspectiva das crianças, sendo elas as pessoas menos ouvidas tanto no contexto da institucionalização quanto da adoção, o que evidencia a necessidade de oferecer-lhes um espaço de escuta a fim de conhecer sobre seus sentimentos, algo que pode ser viabilizado através do lúdico.

É notória a existência de desafios éticos e metodológicos nas pesquisas com crianças e famílias que vivenciam a adoção pelo fato de abordarem assuntos que podem expor vulnerabilidades. Sabe-se que são necessários cuidados específicos para aqueles que desejam desenvolver estudos nesta área, mas também se destaca o quanto tais pesquisas são importantes, pois a única maneira de se conhecer verdadeiramente as crianças é a partir do relato delas mesmas, para que através disso seja possível elaborar políticas públicas que lhes beneficiem (Araújo et al., 2017).

Rossetti-Ferreira, Sólton e Almeida (2010) pontuam que, muitas vezes, as crianças passam por diversas situações de crise e transformações durante o acolhimento institucional, destituição do poder familiar e processo de adoção sem receber os devidos esclarecimentos e sem compreender o que está acontecendo. Destarte, para que as crianças possam usufruir de seus direitos e participar ativamente das decisões que lhes dizem respeito, precisarão ser, sobretudo, ouvidas, levando-se em conta suas singularidades e o contexto no qual estão inseridas. Assim, a escuta das crianças pode “contribuir para um processo de adoção mais participativo, democrático e corresponsável” (Guimarães, 2015, p.142).

Diante disso, esta pesquisa objetivou identificar quais sentimentos e expectativas são atribuídos por parte de crianças que estão em preparação para a adoção à possibilidade de serem adotadas, procurando acolher suas falas sem julgamentos, de modo sensível aos conteúdos inconscientes que emergiram neste processo.

Método

Tipo de Estudo

Aprovado pelo Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca em que foi realizada a coleta de dados (Vide Anexos I e II) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem das autoras sob o parecer número 2.509.026 (Vide Anexo IV), este estudo consiste em uma investigação qualitativa e descritiva, sustentada no marco teórico psicanalítico, em que foi utilizada a estratégia do estudo de caso coletivo, o qual permite que o pesquisador reúna e estude uma quantidade de casos para compreender de forma mais aprofundada um determinado fenômeno, população ou condição geral (Stake, 2000). O fenômeno comum estudado nessa pesquisa foi um grupo de crianças, que estavam vivendo em uma instituição de acolhimento, já destituídas do poder familiar e em aproximação de

uma família por adoção, período denominado Estágio de Convivência.

Participantes

A amostra foi composta por cinco crianças, uma vez que se esgotou o campo da pesquisa. Os critérios de inclusão foram: (a) possuir faixa etária compreendida entre cinco anos a doze anos incompletos; (b) estar vivendo em uma instituição de acolhimento há pelo menos seis meses; (c) ter ocorrido a destituição do poder familiar; (d) estar em aproximação de uma família substituta; (e) a responsável legal pela instituição estar de acordo com a participação da criança na pesquisa, assinando o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Vide Apêndice A), além de a própria criança também concordar em participar do estudo.

Adotou-se como limite inferior a idade de cinco anos, tendo em vista que a partir dessa faixa etária as crianças, de modo geral, têm melhor compreensão e desempenham com mais facilidade tarefas como as que foram solicitadas durante a realização da coleta de dados. A idade máxima, de doze anos incompletos, se dá em função do foco da pesquisa ter sido direcionado para o público infantil e, de acordo com o Artigo 2º do ECA (Brasil, 1990), denomina-se criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos. A restrição acerca do tempo mínimo de acolhimento se justifica, pois para esta pesquisa foi muito importante que a criança já tivesse vivências significativas dentro da instituição.

Com relação aos critérios de exclusão, foram adotados os seguintes: (a) criança apresentar suspeita de deficiência cognitiva severa ou deficiência física aparente como: limitações psicomotoras, deficiência visual e/ou auditiva acentuada, uma vez que esses fatores poderiam inviabilizar a compreensão na execução do instrumento utilizado para a coleta de dados; e (b) não aceitar participar da pesquisa.

Procedimentos

Após o projeto de pesquisa ter sido aprovado pelo Juiz de Direito, responsável pela

Vara da Infância e Juventude, pela coordenadora da instituição de acolhimento e pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, teve início a coleta de dados. Nas datas e horários, previamente, agendados com a instituição de acolhimento, a pesquisadora se dirigiu à unidade para realizar a investigação. Primeiramente, foi apresentado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido à coordenadora, que assinou os documentos assentindo a participação das crianças na pesquisa, após essas também terem demonstrado concordância em participar. Nesse momento também se solicitou a permissão para que os encontros com as crianças fossem registrados em áudio e, em seguida, transcritos na íntegra. Dando início à coleta de dados, foram consultados os arquivos da instituição, mais especificamente, o Plano Individual de Atendimento (PIA), relatório que possibilitou conhecer a história de vida das crianças em relação à saúde, educação, lazer, bem como, o motivo e duração do acolhimento, a data da destituição do poder familiar e o andamento da preparação para a inserção em família substituta.

Na sequência, foi realizado um encontro inicial com cada criança, denominado Sessão Lúdica, que teve como objetivo o estabelecimento de um vínculo entre pesquisador e participante e a avaliação de parte da realidade psíquica da criança. Nesta etapa da pesquisa, foram utilizados brinquedos diversificados, entre eles: lego, massa de modelar, fantoches, bonecos, miniaturas de animais, carrinhos, artigos de cozinha, jogos de cartas, jogos de tabuleiro, artigos sonoros, papel, lápis de cor e giz de cera, que serviram de mediadores da expressão das emoções.

Esse procedimento foi escolhido, pois através da brincadeira a criança consegue ter liberdade de criação e expressão, revelando, assim, de forma sutil e simbólica, conteúdos com muito significado. Desse modo, o próprio brincar pode ser considerado uma atividade terapêutica, uma vez que ao se oferecer a oportunidade de brincar na presença de alguém é

devolver à criança a capacidade de confiar no ambiente, e conseqüentemente nas pessoas que o rodeiam (Winnicott, 1971/1975; Fulgêncio, 2008).

Em seguida, foi realizado um segundo encontro com as crianças, no qual foi executado o procedimento Desenho-Estória com Tema (DE-T), que é uma técnica gráfico-verbal de investigação da personalidade, na qual se solicita que a criança faça um desenho baseado em um tema específico que é proposto pelo examinador, mediante uma instrução. Depois da realização de cada desenho, solicita-se que o examinando conte uma história relacionada ao que foi desenhado. Em seguida, o examinador poderá fazer algumas perguntas com o intuito de ampliar a compreensão do desenho e da história e, por fim, pede-se que o examinando coloque um título em sua produção, o que passa a caracterizá-lo como uma Unidade de Produção (UP).

Para esta pesquisa foram solicitadas quatro UPs para cada participante, cada uma delas composta por um desenho, uma história, inquérito e um título. Do mesmo modo, também foram utilizadas quatro consignas ou temas que foram propostos pela pesquisadora antes da realização dos desenhos. Visando atender aos objetivos da pesquisa, os temas escolhidos foram: (1) Desenhe o que uma criança gosta de fazer na instituição de acolhimento até ser adotada; (2) Desenhe uma criança que está esperando por uma família por adoção; (3) Desenhe o que você acha que sente uma criança que está vivendo na instituição, longe da família; (4) Desenhe a família que você gostaria de ter.

Quando se utiliza o desenho associado às histórias, sendo ele o principal estímulo para a elaboração de tais histórias é possível acessar conteúdos sobre a personalidade que não seriam facilmente detectados por meio de entrevistas psicológicas diretivas (Trinca, 2013). Por este motivo, a utilização do DE-T na presente pesquisa, se mostrou tão pertinente e adequada.

Análise dos dados

Os dados obtidos tanto na Sessão Lúdica quanto no DE-T foram analisados a partir da livre inspeção do material com base no diagnóstico compreensivo. Para defini-lo, Trinca (1984) analisa a etimologia da palavra, a qual deriva do termo em latim: *compraehendere*, que significa “abraçar, tomar e apreender o conjunto” (p. 15). Este é um processo que vem da Psicologia clínica, bastante útil para atividades diagnósticas. Ao utilizá-lo considera-se o ser humano em sua totalidade, mas também é possível focar em determinados aspectos para poder compreendê-los de forma mais aprofundada.

Em geral, o diagnóstico compreensivo permite identificar o que há de mais significativo na personalidade investigada. Isso ocorre através da seleção de aspectos nodais, aqueles que demonstram ser mais relevantes por sua intensidade, afetividade ou repetição. Busca-se compreender quais são as questões mais perturbadoras para o indivíduo, suas angústias e as defesas que costumam ser usadas. Para isso, recorre-se à livre inspeção do material, aquela que se ancora na experiência do psicólogo e no julgamento clínico (Trinca, 1984).

O *corpus* (PIA, Sessão Lúdica e DE-T) foi interpretado em relação ao tema (adoção e institucionalização) sustentado no referencial proposto pela psicanálise.

Resultados e discussão

Participaram do presente estudo cinco crianças com idades entre sete e onze anos, sendo quatro delas do sexo masculino e uma do sexo feminino, conforme caracterizado na Tabela 1.

Tabela 1. Identificação dos participantes (Nomes fictícios)

Crianças Participantes	Idade	Motivo de acolhimento	Tempo de acolhimento
Bento	11 anos	Suspeita de abuso sexual	Três anos
Sabrina	10 anos	Suspeita de abuso sexual	Três anos
Bruno	08 anos	Suspeita de abuso sexual	Três anos
Joel	07 anos	Suspeita de abuso sexual	Dois anos
Vinicius	11 anos	Pai e mãe presos por tráfico de drogas	Quatro anos

As três primeiras crianças, Bento, Sabrina e Bruno, são irmãos, sendo os dois últimos irmãos germanos e o primeiro, irmão uterino dos demais. Essas três crianças, assim como o quarto participante, com nome fictício de Joel, tiveram em comum o motivo do acolhimento, que foi a suspeita de abuso sexual intrafamiliar, tendo sido manifestados conteúdos relacionados a essas vivências ao longo da coleta de dados, principalmente, na Sessão Lúdica. Vale ressaltar que os relatos referentes à história anterior ao acolhimento, apresentados por essas quatro crianças, estavam carregados de dor, sofrimento e solidão. Na sequência, serão elencados os principais conteúdos que emergiram a partir da Sessão Lúdica e do DE-T, respectivamente.

No início da Sessão Lúdica, Sabrina, fez referência ao abuso, de forma simbólica, ao narrar a seguinte história:

“Minha mãe e meu pai brigava toda hora. Tinha vezes que nós até tinha uma convivência boa. Nós ia lá no parque... mas um dia tinha uma flor parecendo um guarda-chuva, cê acredita? Na hora que eu peguei na flor, a flor começou a mexer na minha mão, parecia carnívora viva, flor viva. Eu soltei na hora e minha mãe pisou nela. Ela era branca e por dentro tinha um negócio parecendo uma linguinha. Minha mãe pisou nela até sair um negócio branquinho de lá.” (Sabrina, Sessão Lúdica).

Ao final da Sessão, ela falou a respeito do mesmo tema de forma clara e objetiva, tendo mencionado as consequências de tal situação a partir do seu ponto de vista, como no recorte a seguir:

“A criança começa a ficar excitada, ela vai querendo fazer, aí ela pega na escola, vai fazendo com outros meninos, até que ela vai e entra no caminho errado. Aí Deus fica lá do céu triste. Aí ela tá retinha lá na sua vidinha de criança, aí chega o adulto, o monstro e toma tudo. A criança, ela não vai ter pensamento, ela não vai sentir nada. Ela não vai ter pensamento, ela vai achar que tá fazendo uma coisa muito certa, aí quando ela aprender que ela tá fazendo uma coisa muito errada ela vai se arrepender” (Sabrina, Sessão Lúdica).

Em seu discurso, Sabrina reforçou que as crianças são inocentes e que o adulto é o monstro mau, como se precisasse se desculpar por algo. Além disso, afirmou que Deus ficou triste diante da situação que lhe ocorreu e, na sequência, demonstrou preocupação com a possibilidade de Deus impedir a concretização da adoção, chegando a questionar se seu sonho de ter uma família seria realizado, como se não se sentisse digna de tamanha benção. Notou-se que ela internalizou a imagem de um Deus poderoso, mau e punitivo e de si mesma como culpada, podendo-se inferir por meio dos conteúdos que emergiram ao longo da Sessão Lúdica que essa culpa é proveniente do abuso. Esse sentimento é, frequentemente, identificado em vítimas de abuso sexual e amplamente relatado na literatura científica (Padilha & Gomide, 2004; Hohendorff, Habigzang&Koller, 2012; Florentino, 2014).

Na tentativa de se libertar da culpa, sua vida estava ligada ao lavar, ou seja, ao contato com a água, um símbolo de purificação. É importante relacionar esse conteúdo com informações de sua história - que foi compreendida por meio da leitura do PIA -, trazendo à tona uma situação em que a genitora presenciou o abuso, brigou com o genitor e com a

criança e lavou o órgão genital dela com brutalidade no chuveiro.

Dentre as suas atividades preferidas na instituição, ela citou o momento do banho, descrevendo-o como "*um refresco que ninguém toma de mim*". A pesquisadora questionou se tem algum refresco que "*alguém consegue tomar*" e ela respondeu: "*Tem... A liberdade de ser uma criança*". Novamente, a pesquisadora perguntou: "*quem toma?*", e a criança afirmou que são as "*pessoas más*". Por fim, quando interrogada sobre "*como essas pessoas tomam?*", ela relatou a cena de abuso: "*Primeiro começam a fazer maldade. Começam a ensinar pras criança comé que faz namorar com uma pessoa na cama. São aqueles bem mau que ensinam isso.*".

Ao longo da Sessão Lúdica com Bruno, o segundo participante, a trapaça e a reparação foram situações recorrentes, mas ao mesmo tempo em que trapaceou, tentando se mostrar um "jogador esperto", também se colocou em uma posição de fragilidade, tendo afirmado: "*eu preciso de ajuda*". Ele escolheu brincar com um brinquedo nomeado de *Cai, não cai*, o qual consistia em montar e desmontar um muro, mantendo um ovo em cima dele, sem que esse caísse. Assim, de forma simbólica, mostrou sua fragilidade, que foi representada pelo ovo, e a necessidade de uma estrutura familiar que lhe desse sustentação, simbolizada pelo muro. Em relação ao processo de adoção, ficou nítido o seu desejo por uma família que não se desestabilizasse, mas que permanecesse em pé, dando-lhe segurança. Caso isso não acontecesse era como se estivesse derrubando a sua vida, como já ocorreu quando sua família de origem desmoronou, o que pode ser visto no trecho a seguir: "*Não era pra dirrubá! Nossa, estragou com a minha vida, ela já tá ruim.*"

Bruno demonstrou entusiasmo em sair da instituição com o casal postulante à adoção e verbalizou isso durante a Sessão "*Ah, moleeeeeque! Eu vou sair daqui*". Entretanto, também mostrou sentir medo de que o "*muro caísse*", ou seja, medo de um possível abandono,

fazendo ameaças de "abandonar" a pesquisadora durante a Sessão, chegando a sair da sala e voltando em seguida, projetando, assim, aquilo que temia que lhe acontecesse.

Bento se mostrou ferido, machucado e sozinho, solicitando ajuda e cuidados. Por várias vezes simulou cena de dor, fingiu ter cortado o dedo na brincadeira, colocando-se como indefeso, solicitando socorro e atenção. Também mencionou um episódio real em que se machucou, vindo a sangrar e não obteve ajuda de ninguém, tendo ele mesmo resolvido a situação de cuidados com o machucado sozinho. Do mesmo modo aconteceu em relação ao abuso, quando a mãe presenciou a cena e não interveio por conta própria, ele buscou ajuda de vizinhos, os quais realizaram a denúncia.

A necessidade de cuidar e de ser cuidado também foi evidenciada, tendo Bento solicitado à pesquisadora que lhe servisse água e comida ao longo da Sessão. Em outra situação, ele é quem assumiu o papel de cuidador, alertando a pesquisadora para ter “*cuidado para não se machucar*”, demonstrando o modo como gostaria de ser zelado. Da mesma forma referiu-se à manutenção zelosa para com seus pertences, queixando-se de que ao confiá-los às outras crianças “*elas não cuidam direito*”. Apesar de se entender essa forma zelosa para com seus pertences com a falta de privacidade de quem vive em uma instituição, associa-se ao fato de como se deu em sua vida, na qual já confiou ser cuidado por alguém que não conseguiu desempenhá-lo como deveria.

Bento optou por construir os seus próprios brinquedos, usando seu material, ao invés de utilizar os que lhe foram oferecidos, demonstrando muita habilidade manual e criatividade. Entretanto, ele apresentou constante indecisão sobre o que fazer em suas construções e, por várias vezes, consultou a pesquisadora, colocando-a como participante do processo. Também demonstrou ansiedade para ir ao encontro do casal postulante à adoção, mas, ao mesmo tempo, mostrou-se inseguro e apreensivo em relação ao que aconteceria

nesses encontros. Fez questionamentos e indagações a respeito do processo adotivo, transmitindo uma mensagem de que esse período de transição está confuso, indeciso e que precisa de ajuda para vivenciá-lo.

O quarto participante, Joel, fez duas encenações, durante a Sessão Lúdica. Na primeira, ele fingiu estar dormindo e pediu que a pesquisadora representasse o “homem que sabe assoviar” e que o acordasse fazendo barulho com uma vuvuzela. Ao encenar o momento em que estava acordando ele se mostrou muito assustado. A pedido da criança, essa cena foi repetida por várias vezes e, posteriormente, os papéis foram invertidos. É interessante observar que o utensílio escolhido para ser o “motivo do susto” remete ao símbolo fálico. Assim, alguém indefeso e que estava dormindo foi acordado de forma assustadora por um homem que sabe assoviar. A repetição dessa brincadeira sugere que seria como se o tivessem acordado de um sono da inocência, despertando-o sexualmente fora do tempo.

A segunda cena interpretada se deu na brincadeira de polícia e ladrão, em que Joel pediu à pesquisadora que representasse a polícia e o levasse para a prisão. Quando a pesquisadora se dirigiu a ele para “prendê-lo”, a criança afirmou estar sendo presa injustamente: *“Não foi eu que tô fazendo bagunça, foi aquele. Olha lá ele fazendo. Eu não tenho que ficar preso, quem tem que ficar preso é ele”*. Essa cena tem relação com a visão da criança sobre a vida na instituição de acolhimento que é sentida como uma prisão e como um local em que está privado de liberdade, cabendo uma reflexão sobre a importância de que as interlocuções entre as instituições de acolhimento com a comunidade ocorram, conforme preconizam as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA & CNAS, 2009). Além disso, a cena também remeteu ao abuso, pois sentindo que a culpa recaiu sobre si, Joel, percebeu a necessidade de reforçar sua inocência, afirmando que quem fez bagunça não foi ele.

Através do lúdico, essas quatro crianças conseguiram se expressar, apresentando conteúdos latentes sobre si mesmas e sobre suas vivências, o que mostrou o quanto o brincar é um recurso significativo. De acordo com Winnicott (1971/1975, p. 70), “o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia”. Assim, tal atividade contribui para que a criança lide com o que é objetivamente percebido, relacionando-o com os conteúdos de sua realidade interior, aquilo que é subjetivamente percebido.

Ademais, há de se destacar que dentro de uma instituição de acolhimento, as atividades lúdicas podem auxiliar na elaboração da história de vida da criança acolhida, permitindo que ela se expresse, interaja com os pares e utilize seus impulsos criativos, por isso, é importante que a brincadeira seja incentivada e valorizada e que seja dedicado tempo e espaço para que elas ocorram dentro da instituição, oferecendo às crianças a liberdade de criar e de compartilhar essa realidade subjetivamente concebida.

Vinícius foi o quinto participante desse estudo, diferindo-se das demais crianças em relação ao motivo do acolhimento, que no seu caso ocorreu devido à prisão de ambos genitores em decorrência do envolvimento com o tráfico de drogas, somando-se à impossibilidade da família extensa assumir a sua guarda. Vinícius teve preferência por jogos de tabuleiro e cartas durante a Sessão Lúdica, os quais permitem menos expressão de conteúdos subjetivos. Assim, ao longo do primeiro encontro, não se identificou conteúdos referentes à institucionalização e adoção. Entretanto, a utilização dos recursos lúdicos com ele foi importante, pois possibilitou o estabelecimento de um ambiente agradável e descontraído entre a criança e a pesquisadora.

No que se refere à transição da institucionalização para a adoção, ainda durante a Sessão Lúdica, Sabrina, Bruno e Bento deixaram claro que almejavam estar em família e

mostraram-se ansiosos e desejosos pelos próximos contatos com o casal postulante à adoção. Entretanto, também demonstraram medo do que iria acontecer nos próximos contatos com os pretendentes a pais e de que o sonho de ter uma família não se realizasse, tendo Bento questionado se o casal estava certo de que queria realizar a adoção, ou seja, se não havia chances de que ocorresse uma devolução, e Sabrina nomeado seus sentimentos com a expressão "*frio na barriga*". Já, Joel e Vinícius não expressaram sentimentos a esse respeito nessa Sessão.

Assim como na referida Sessão Lúdica, o DE-T possibilitou a manifestação de conteúdos relevantes em relação à história de vida das crianças, ao período de acolhimento e à transição da instituição para uma futura família por adoção, tendo destaque os sentimentos e expectativas que surgiram nesse processo, contemplando assim, os objetivos que o estudo se propôs a alcançar.

Na primeira consigna do DE-T foi solicitado aos participantes que desenhassem "*o que uma criança gosta de fazer na instituição de acolhimento até ser adotada*". As UPs de Bruno, Joel e Vinícius sobre esse tema tiveram semelhanças, pois os três elencaram a brincadeira como àquela que traz alegria à criança institucionalizada: jogar bola e soltar pipa, as atividades citadas e praticadas por eles. Mais uma vez, notou-se a importância da utilização do lúdico como um recurso terapêutico durante a vivência da institucionalização e na preparação das crianças para a adoção. Apesar dessas semelhanças, cada um deles também apresentou particularidades, que serão detalhadas a seguir.

Bruno retratou a atividade de "jogar bola" como algo que lhe proporcionava alegria dentro da instituição de acolhimento. No entanto, essa alegria logo "era perdida", dando lugar a tristeza, pois em sua história a bola cai do outro lado do muro e ele precisou lidar com regras, supervisões e vigilância de cuidadores para tê-la de volta, reagindo a essa

situação com insistência, demonstrando sua insatisfação e lutando para ter de volta a alegria que lhe havia escapado, como pode ser visto a seguir.

Figura 1: Jogando bola

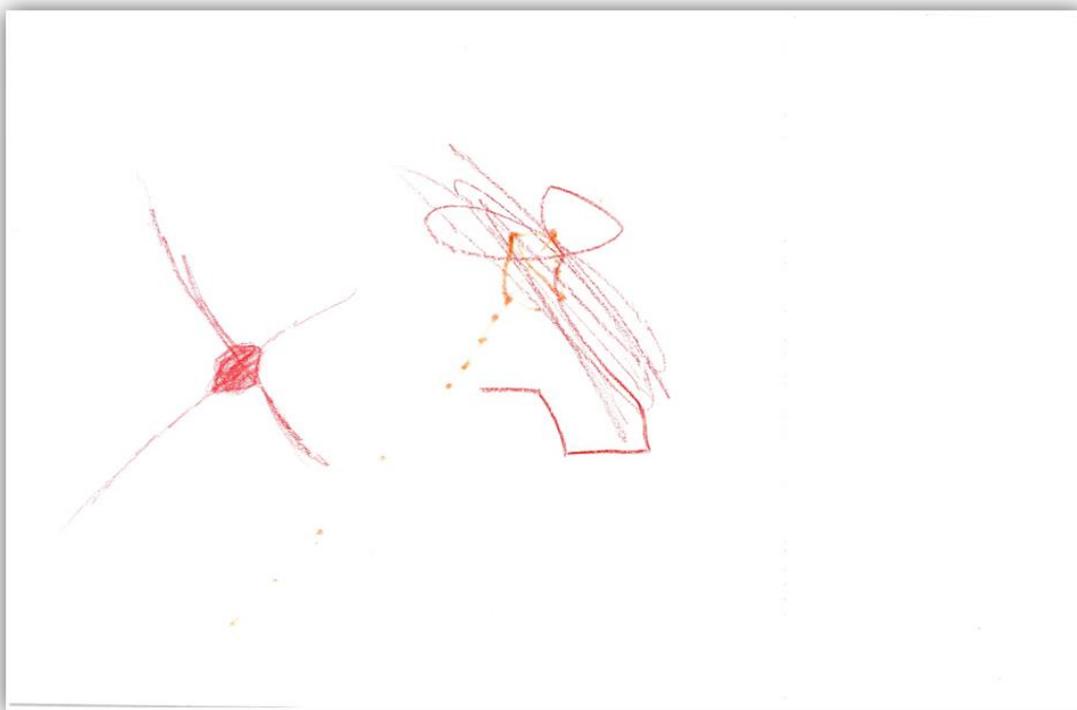


“É... Tava jogando bola e a bola caiu lá do outro lado da rua, depois eu pedi para a tia para mim ir pegá. Depois ela não queria ir e ela não deixou. Eu pedi de novo e ela deixou. Cabô.” (Bruno, 1º DE-T).

Ao ouvir esta primeira consigna, Joel, prontamente respondeu que a vida na instituição de acolhimento era “*comê e só*”. Em seguida, acrescentou que é também “*soltar pipa*”, demonstrando que para ele esse era um local de poucos prazeres. Em seu desenho (Figura 2), ainda no nível de garatujas, retratou uma pipa e um avião e elaborou a seguinte história: “*O avião tá no aeroporto. Aí o avião subiu de novo e aparou a pipa.*” (Joel, 1º DE-

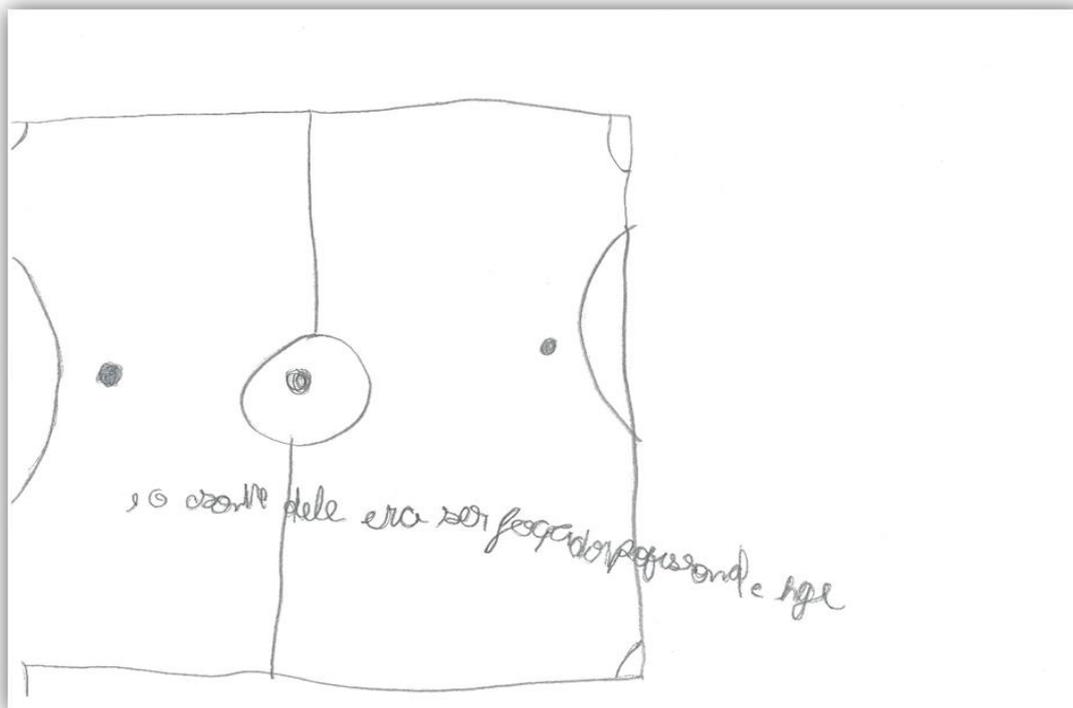
T). Ao longo do inquérito ele afirmou que estava soltando a pipa e controlando o avião ao mesmo tempo. Ao ser questionado sobre como conseguia realizar as duas tarefas simultaneamente, Joel respondeu que a porta do avião estava aberta. Notou-se a sua necessidade de exercer controle de algo e de ter mais autonomia, já que na instituição e no judiciário ele tem uma situação que está posta e a sua vida é decidida por terceiros.

Figura 2: Pipa



Vinícius apontou o brincar como algo que lhe fazia bem, permitindo-o ressignificar a sua história. Enquanto realizava seu desenho falou a respeito do brincar junto, compartilhado, conferindo importância ao bom relacionamento com os funcionários e demais crianças da instituição. Em seguida, projetou-se ao relatar a história de um menino que jogava futebol e que tinha o sonho de se tornar um jogador profissional. Demonstrou preocupação com o futuro e, ao mesmo tempo, o desejo de crescer e de obter sucesso, terminando a sua história com um final feliz, realizando esse sonho.

Figura 3: O sonho de um menino

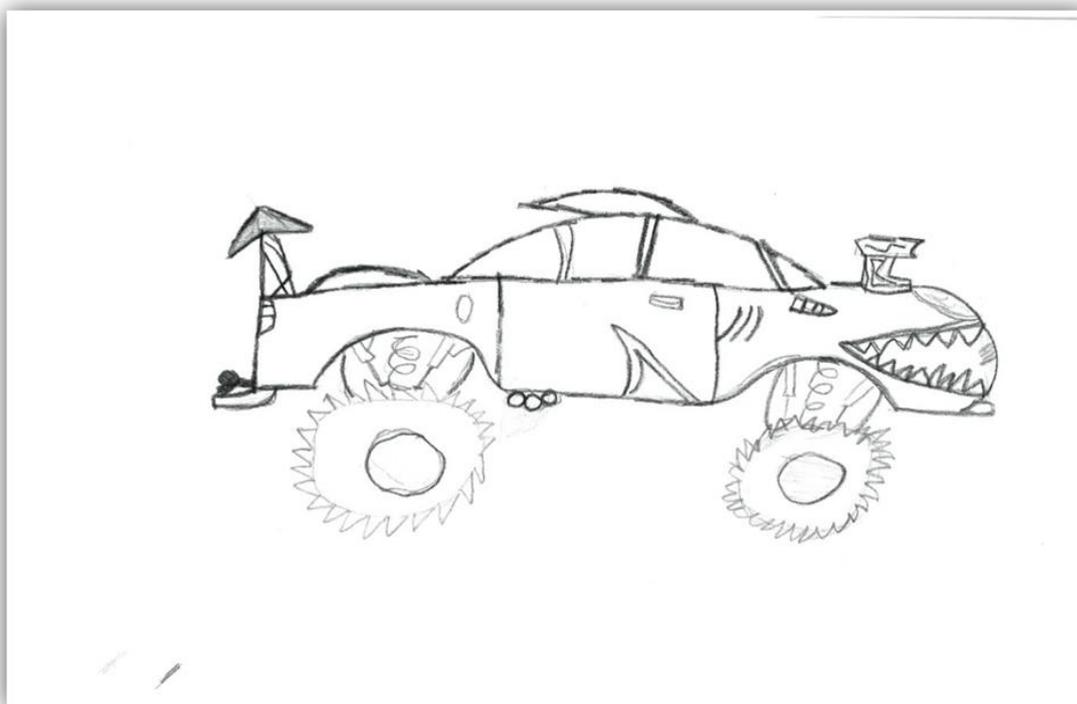


“Dez meninos foram para um campinho de futebol e um sofreu uma falta perto da grande área. Nesse exato momento, o menino que se chamava Eduardo foi cobrar a falta e ele fez um gol mais bonito da história dele. O time dele se chamava.... Se chamava Corcel. E esse time foi treinar numa quadra alugada. É.... E o treinador viu que um deles podia ter um futuro de ser um grande jogador de futebol. Esse menino... ele foi convocado para um time que se chama Ponte Preta do sub quinze e daí ele foi jogador de futebol profissional e o apelido dele era Dudu. Hoje ele joga na Ponte Preta profissional e ele tem 17 anos e é convocado para o Paris Saint Germain junto com o Mbappé. E o sonho dele era ser jogador profissional e hoje ele está realizando o seu sonho. Fim! (Vinícius, 1º DE-T).

Ainda dentro dessa consigna, as UPs de Bento e Sabrina também apresentaram importantes conteúdos, sinalizando estratégias e mecanismos de defesa utilizados por eles

durante o período de acolhimento. Bento, tinha sua preferência por atividades artísticas, como construção de maquetes, robôs, pintura, desenho, entre outras. Com isso, fazia uso de seu impulso criativo, o que é extremamente saudável, pois o viver criativo possibilita o sentimento de que “a vida merece ser vivida” (Winnicott, 1971/1975, p.117). Nessa UP ele realizou um desenho rico em detalhes, retratando um carro que, segundo sua história, conseguia superar obstáculos, escalar montanhas, se adaptava ao meio aquático, terrestre e aéreo, era blindado e possuía nadadeira e boca de tubarão, por isso, recebeu o nome de “Carro tubarão”. A criança relatou no inquérito que “*dentro dele é macio*”, ou seja, um lugar confortável, aconchegante, além de ser seguro, pois era blindado e imponente como um tubarão. Notou-se que para Bento, a instituição de acolhimento representava um alívio, um local em que ele estava livre de possíveis ameaças, abusos e violências. Na sequência serão apresentados os detalhes dessa UP.

Figura 4: Tubarão... Não!... Tubarão memo... Não!...Carro tubarão

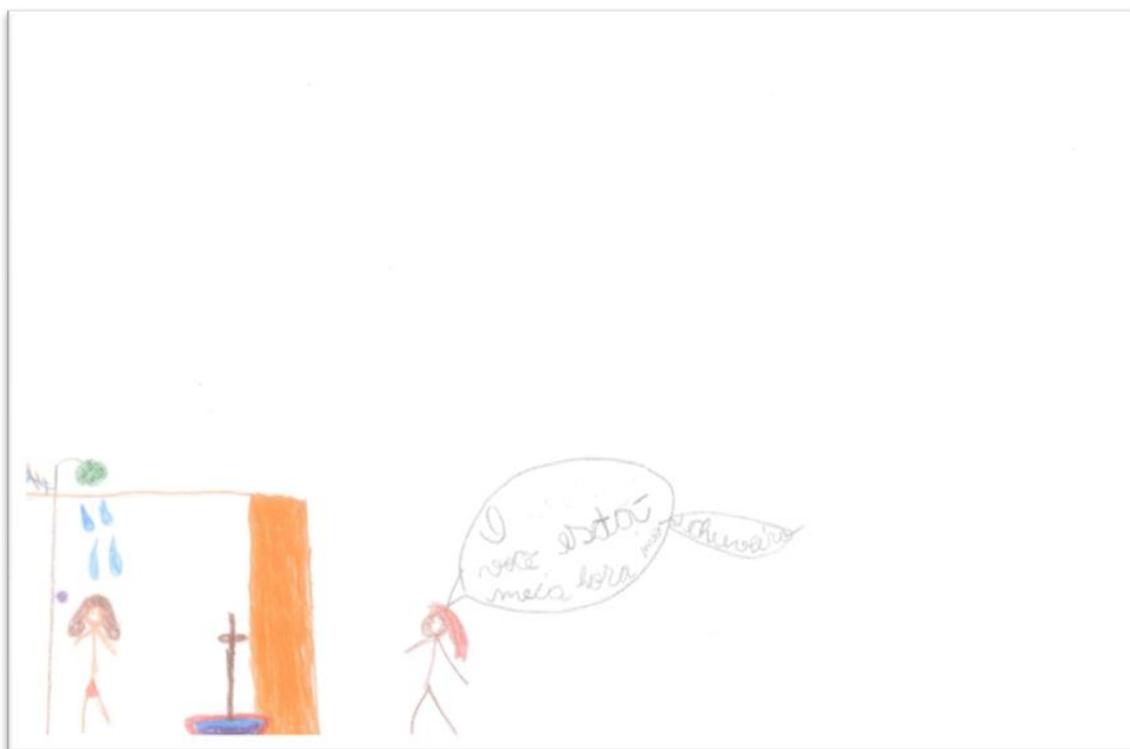


“Era uma vez um carro que tinha roda de cravo e que tinha uma nadadeira igualzin de tubarão e uma boca igualzin de tubarão e pulava montanha um de cada um.”

(Bento, 1º DE-T).

Sabrina se projetou totalmente, e citou o momento do banho como o que mais gostava de fazer na instituição, descrevendo-o como *"um refresco que ninguém toma de mim"*. Ela relatou que no banho conseguia desabafar com a água, com o chuveiro e com o rodo, o que não conseguia nem mesmo com sua psicóloga e, por isso, sentia-se aliviada. A seguir, serão apresentados o desenho, título e história elaborados por essa criança:

Figura 5: A menina que imagina coisas



“Eu, Sabrina, tenho um amigo que se chama rodo e também um chuveiro, mas eu converso demais no chuveiro com o rodo e o chuveiro e esqueço que eu estou gastando água e também esqueço que o meu amigo chuveiro fica triste. Aí, quando eu vejo, a tia só tá gritando: - Oh Sabrina, você já está meia hora no chuveiro. Aí eu

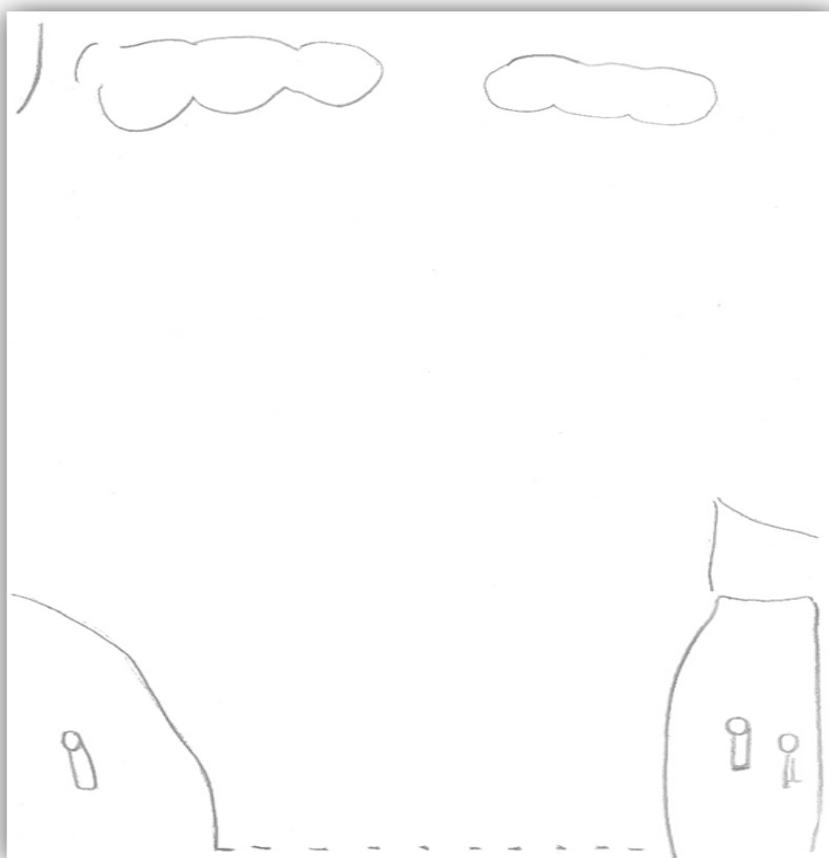
já fico apressada e falo: - Nussa, é mesmo! Tchau chuveiro, tchau rodo! Visto a minha roupa e passo meu desodorante e fim.” (Sabrina, 1º DE-T).

Com base na teoria de Winnicott (1951/2000) sobre objetos e fenômenos transicionais, notou-se que Sabrina elegeu o momento do banho como um fenômeno transicional. Ela estava vivenciando recorrentes períodos de rupturas e transição: da família de origem para a instituição de acolhimento e da instituição para uma família adotiva. Assim, o momento do banho se tornou importante nos processos de separação, sendo um alívio, ou seja, uma defesa para suas ansiedades, proporcionando um espaço potencial para entrar em contato consigo mesma. Em seu desenho, a criança destacou seu órgão genital e deu ao rodo o formato de um crucifixo, tendo também se colocado imaginando coisas em um vazio enorme, na iminência de ser engolida pelo nada. Verificou-se que o local do banho é onde ela pode ser verdadeira e falar sobre a sua dor, mas esse tem um tempo, um limite, que na história é imposto pela profissional da instituição que está do lado de fora apressando-a.

Na segunda UP com a consigna: “*Desenhe uma criança que está esperando por adoção*”, os cinco participantes se referiram a esse período de espera como algo triste e doloroso. Para Vinícius tal situação se mostrou tão dolorosa que ele se recusou a fazer essa UP, afirmando que “*Não tem explicação*”, o que evidenciou o quanto é difícil e doloroso para ele falar sobre essa espera. Os demais participantes, assim como na Sessão Lúdica, também demonstraram dificuldade em acreditar na possibilidade de adoção, gerando o sentimento de medo e tristeza e a ideia de que não seriam merecedores de uma família, sugerindo o sentimento de culpa em decorrência do abuso, como já foi citado anteriormente. Entretanto, Sabrina, Bento e Bruno estavam elaborando a situação, pois terminaram suas histórias com esperança e com o “*coração bão*”, como foi dito por Bruno, ao mencionar que

a espera gera angústia e “*dor no coração*”, mas a concretização da adoção deixa o “*coração bom*”. Ele apresentou o seu desenho para a pesquisadora e destacou que “*tem sol e tem nuvem*”, apesar que o sol está praticamente imperceptível, como pode ser visto na Figura 6. Também representou os futuros pais no canto inferior direito e a si mesmo no lado oposto, esperando por eles sozinho. Há uma linha pontilhada que liga Bruno ao casal, o que mostrou a fragilidade desse vínculo que ainda estava começando a ser estabelecido. Entretanto, em sua história identificou-se a esperança de que esse período de espera terminasse: “*Eu tava esperando adoção e a adoção não chegava até que chegou um dia que eu fui adotado. Cabô!*” (Bruno, 2º DE-T).

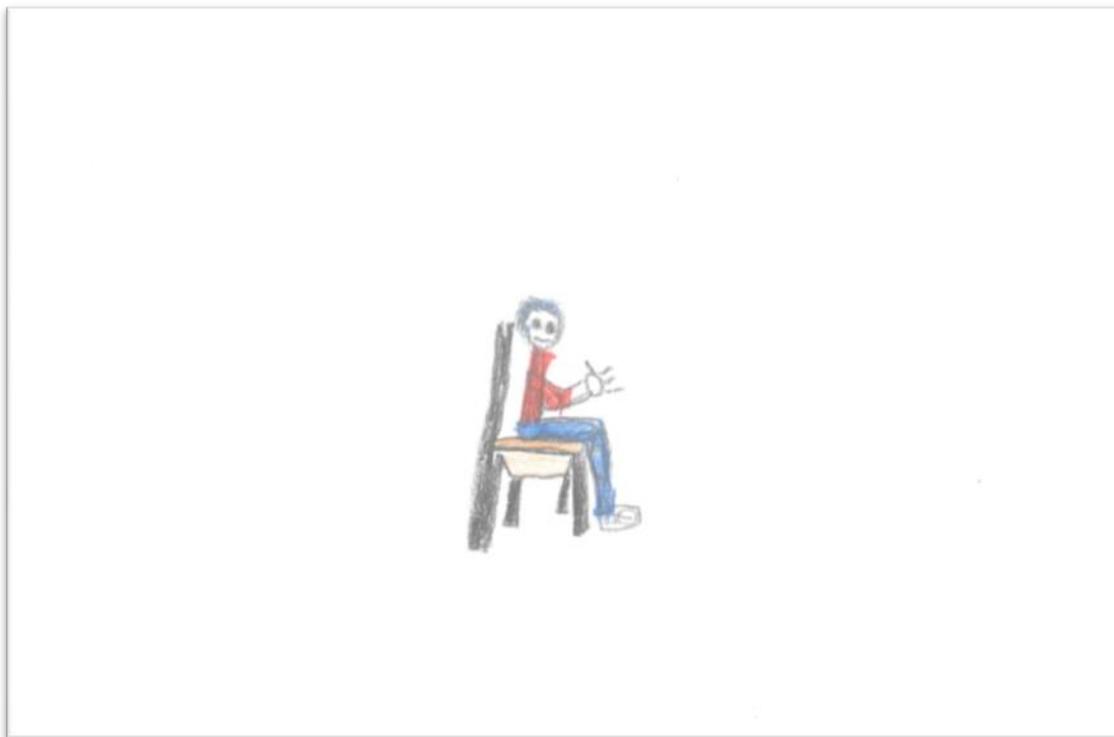
Figura 6: Sendo adotado, moral da história



O conteúdo apresentado por Bento nessa segunda UP foi de grande relevância. A

espera pela adoção foi sentida como tão cansativa e demorada, que ele a ilustrou com o desenho de uma pessoa sentada em uma cadeira, contendo uma “bolinha” em cada articulação do seu corpo, dando-lhe a semelhança de uma marionete, como pode ser visto na Figura 7. Desse modo, ele se representou como alguém que nunca tinha vontade própria, mas que sempre seguia os comandos e as vontades de alguém, como uma marionete. Notou-se que é isso o que pareceu ter acontecido em sua história, a qual tem sido sempre decidida por profissionais diversos, pelo judiciário e não por ele próprio, sendo assim, mostrou que desejava mais liberdade e autonomia. Além disso, se colocou rodeado por um vazio nesse desenho e demonstrou que estava vivenciando um conflito entre desejar uma família e ao mesmo tempo pensar que não seria adotado, ou seja, queria viver em família, mas tinha medo de se entregar, confiar e amar, como pode ser visto nas suas produções a seguir:

Figura 7 – Criança que espera uma família

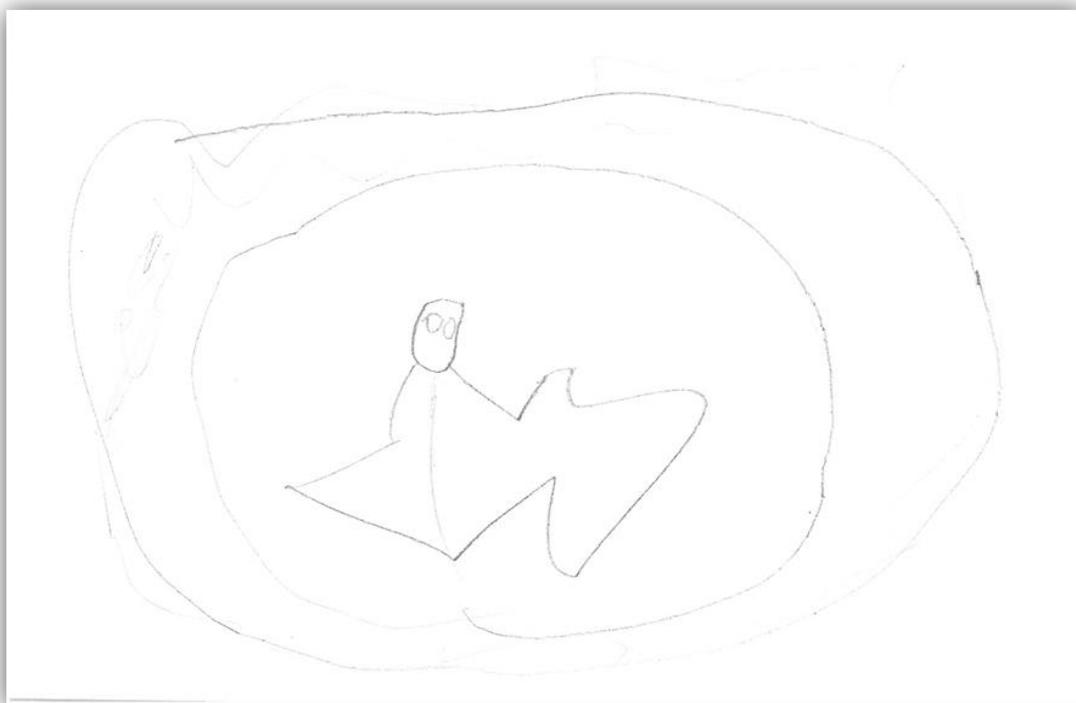


“Essa criança estava esperando por uma família, mas sempre passava uma e não

adotava ele e ele gostava de tê muito uma família, mas um dia ele encontrou uma família que adotou ele. Fim!'" (Bento, 2º DE-T).

A produção de Joel também foi muito rica e evidenciou o desamparo. Enquanto desenhava estabeleceu um diálogo com a pesquisadora e relatou que a criança de seu desenho morava na rua, tinha o coração triste e não estava esperando por adoção porque "*não tem Jesus no coração dela*", ou seja, seu coração estava tão preenchido pela culpa que não se considerava digno de ser amado e de ter uma família. Ao prosseguir com a história, esse menino ganhou uma casa, onde ele "*entrou, dormiu, acordou, tomou lanche e comeu sozinho*", mostrando que suas necessidades básicas foram supridas, mas ele continuava sozinho dentro da casa, sem afeto e carinho, o que retratou o modo como a institucionalização é percebida por ele. Ao longo do inquérito, o pai e a mãe foram citados e quando apareceram lhe "*deram um rala*" porque o encontraram dormindo, ou seja, não ofereceram afeto e sim correções por motivos toscos. Em seguida, relatou que mudou para outra casa e outra cidade, sozinho novamente. Verificou-se que Joel está mais focado na elaboração da institucionalização que da adoção, tendo demonstrado o entendimento de que fez algo errado que desagradou os pais e por isso precisou ir para longe deles, como pode ser visto nos detalhes de sua produção, os quais serão apresentados a seguir:

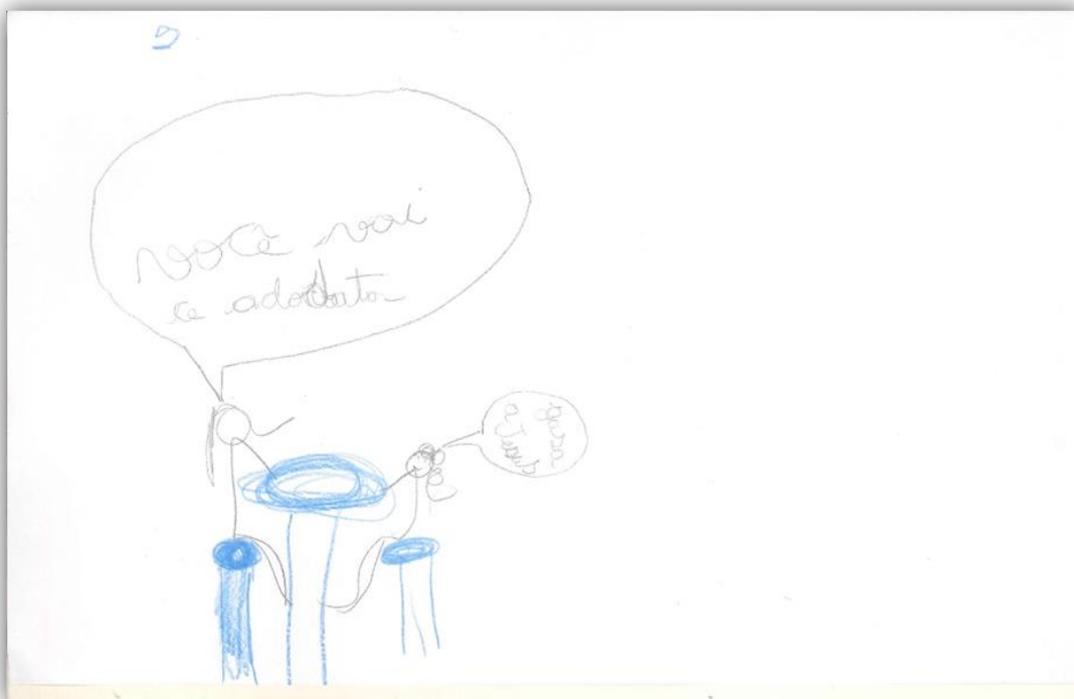
Figura 8: O menino soltando pipa, mas não é eu, é outro



“O menino tava na rua, entrou pra casa dele. Quando ele entrou, ele dormiu, acordou e tomou lanche e comeu sozin. Só!” (Joel, 2º DE-T).

Diante dessa mesma consigna -*“Desenhe uma criança que está esperando por adoção”*-, Sabrina demonstrou, novamente, medo de não ser adotada, retratando em sua produção o momento em que recebeu a notícia da possibilidade de adoção por uma técnica do judiciário, o que lhe proporcionou alívio e gratidão, como pode ser visto a seguir:

Figura 9: A menina que vivia triste por causa pensava que não ia ser adotada



“A menina que se chamava Sabrina chorava porque pensava que ia ficar a última das menina, igual ficou um dia. Mas, um dia chegou uma mulher e falou: - Sabrina, você vai ser adotada. Aí a Sabrina fez várias perguntas para ela, mas primeiro pensou: - Graças a Deus! Fim!” (Sabrina, 2º DE-T).

Na terceira UP foi solicitado às crianças: *“Desenhe o que você acha que sente uma criança que está vivendo na instituição longe da família”*. Diante de tal consigna, Sabrina, Bruno e Bento retrataram lágrimas, choro e tristeza. Entretanto, Sabrina e Bruno se colocaram em uma posição ambivalente ao tentarem descrever o sentimento referente à vida na instituição de acolhimento, como se fossem picos de alegria e tristeza. Assim como Sabrina e Bruno, Vinícius, a despeito de não ter retratado choro e lágrimas como os precedentes, descreveu em parte certa ambivalência, classificando a vivência longe da família como triste, mas podendo essa tristeza ser intensificada quando a criança não possui

uma perspectiva de adoção ou de retorno para a família de origem: “*aqueles que sabem que pode voltar para a família ou ser adotado se sente mais normal*”, ou seja, a segurança de ter um lugar para ir no futuro faz com que ele se sinta melhor, “*mas aqueles que acha que vai ficar no abrigo para sempre, fica sozinho, triste e com revolta*”.

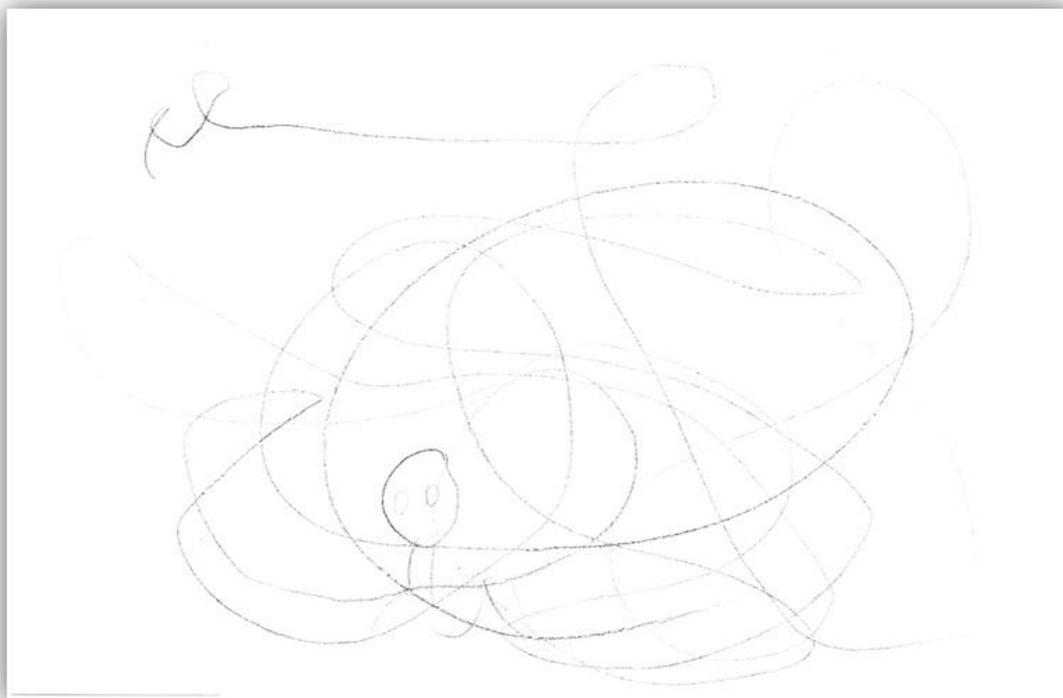
Joel, talvez pela pouca idade (7 anos), pareceu demasiadamente confuso com relação aos sentimentos relativos à vivência longe da família. Ele se projetou totalmente, nomeando a criança do seu desenho e de sua história com o seu próprio nome. Também falou a respeito da saída de um abrigo para outro, mostrando que apesar de ainda não ter compreendido bem e elaborado seu processo de adoção possuía o desejo de sair de onde estava. Ele rabiscou toda a folha, como se quisesse mostrar que aquilo que sentia era demasiadamente confuso (Figura 10). A confusão também foi percebida em sua história, que falou sobre a saída de um abrigo para o outro, sendo que no título fez referência a um menino que estava jogando bola na casa dele, local onde também estava a mãe e a avó. Quando foi questionado sobre o que o menino sentia, afirmou que estava dormindo, representando uma fuga dos sentimentos.

Contudo, durante o inquérito, Joel demonstrou desejo de sair da instituição, onde o seu coração “*batia de fome*”, como retratou ao ser interrogado pela pesquisadora: “*E quando ele estava lá no abrigo, longe da família. O que ele sentia?*”. Ele respondeu: “*Sentia o coração dele batendo*”. A pesquisadora continuou: “*E o que mais?*”, e a criança disse: “*Tava batendo de fome e só!*”. Apesar de ser considerada uma fome real, muito comum a crianças negligenciadas pelas famílias de origem, compreendeu-se que a fome referida por Joel tratava-se também de uma grande carência afetiva, consistindo em uma fome que o corroía, que causava dor em seu coração, mostrando que ele se sentia sozinho e sem afeto.

Winnicott (1936/2000) discorreu a respeito da relação entre o apetite e os problemas

emocionais, sinalizando ser comum acontecerem perturbações dessa natureza. Para o referido autor, a alimentação - seja ela comedida ou com exagero – consiste em uma defesa contra a ansiedade e/ou depressão. No caso de Joel, notou-se uma voracidade e constante repetição da cena alimentar em suas produções, demonstrando sua vontade de comer para preencher seu vazio ou sua carência afetiva, o que também foi percebido por Alves (2018) em pesquisa com crianças que vivenciaram a institucionalização e estavam inseridas em família substituta.

Figura 10: Ele tá jogando bola na casa dele



“O menino tá no outro abrigo, ele não tá aqui mais e foi embora e só!” (Joel, 3º DE-T).

Por fim, o quarto e último tema utilizado foi: *“Desenhe a família que você gostaria de ter”*. Nesta consigna, notou-se dificuldade por parte das crianças em descreverem a família idealizada, talvez pelo motivo de terem como parâmetro a convivência com suas

famílias de origem, a qual lhes gerou sofrimento. Assim, ficou nítida a importância do que Sabrina pontuou, de que seu sonho de ter uma família foi despertado através do convívio e incentivo de uma cuidadora da instituição, como pode ser visto em sua UP:

Figura 11: A menina que sonhava uma família que tinha uns cachorrinhos



“Era uma vez uma menina que se chamava Sabrina. Ela sonhava em ter uma família com um monte de cachorros e cachorras e um dia belo, que eu estava conversando com a tia K, na hora que eu chamei ela de mãe, duas tias foi lá e me chamou, aí essa família que eu sonhava de cachorrinhos apareceu, aí eu fiquei muito feliz. Fim!”
(Sabrina, 4º DE-T).

“Um dia eu até esqueci da minha mãe. Um dia eu fui tentar lembrar o nome dela e eu quase esqueci o nome dela. Aí, não sentia nada. Aí, chegou a tia K e eu comecei a sonhar com uma família.” (Sabrina, 4º DE-T / inquérito).

Tal informação sugere que é preciso ter esperança para continuar sonhando, ter

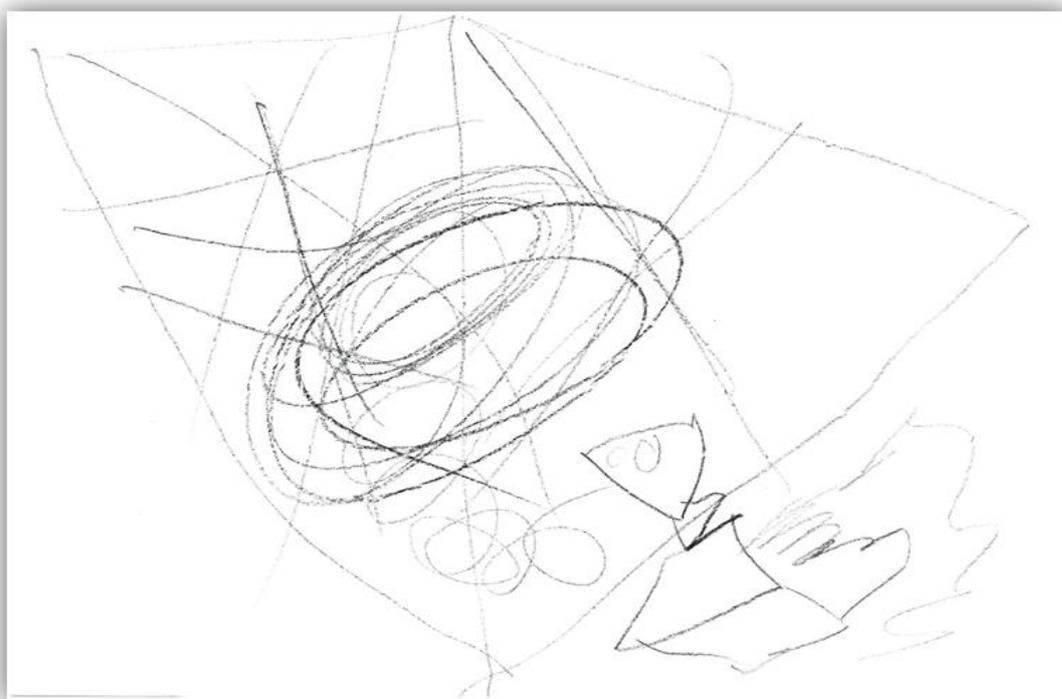
alguém que sonhe junto, deixando, assim, um ponto de reflexão para todos os profissionais que lidam com crianças institucionalizadas, destituídas do poder familiar e a espera por uma família substituta. Ficou evidente a necessidade de que durante a preparação das crianças para a adoção, os cuidadores, que são os profissionais mais próximos delas, sejam instruídos, capacitados, informados sobre suas histórias e sobre o andamento do processo de adoção para que consigam apoiá-las em suas necessidades.

A carência afetiva e o sonho de ter uma família foi uma linha comum a essas cinco crianças, ainda que em alguns momentos tenham demonstrado dificuldade de sonhar, acreditar e, até mesmo, idealizar a vida em família. Nessa quarta consigna, Bento desenhou um rosto solitário, cercado por um enorme vazio. Devido a escolha da cor amarelo claro e pela leveza do traçado, seu desenho ficou quase imperceptível, mostrando o quanto é difícil para ele idealizar uma família. Entretanto, narrou uma história com uma adoção bem sucedida: *“Era um dia que esta família que estava querendo adotá uns fí... e conseguiu adotá e depois eles levou eles para casa deles e eles viveu feliz para sempre. Fim!”*. Ao ser questionado, durante o inquérito, sobre o que é viver feliz para sempre, ele respondeu com uma nova pergunta: *“Feliz para sempre é... Viver feliz até... Viver feliz até.... Morrer? Ou separar?”*. Tal questionamento evidenciou o medo de que a sua felicidade fosse interrompida por uma separação ou que o seu “para sempre” fosse impedido por uma devolução. Assim, Bento desejava uma família, mas tinha medo de que a adoção não fosse bem sucedida e de que fosse devolvido à instituição de acolhimento. Tal sentimento também foi notabilizado no estudo de Guimarães (2015) ao conversar com crianças sobre seu processo adotivo.

Para Joel a família citada foi aquela que ofereceu "*comida com bicho*", ou seja, ofereceu algum tipo de afeto “estragado”, sendo essa a referência de família que Joel

possuía. A figura materna apareceu durante o inquérito para castigá-lo por ter comido o bicho que estava na comida que ela mesma havia preparado e servido. Novamente, essa figura está relacionada com punição e não ofereceu nenhum tipo de cuidado e proteção à criança. No final da história ele dormiu, fugindo mais uma vez de qualquer tipo de sentimentos, como pode ser observado na sua produção:

Figura 12: Não sei!

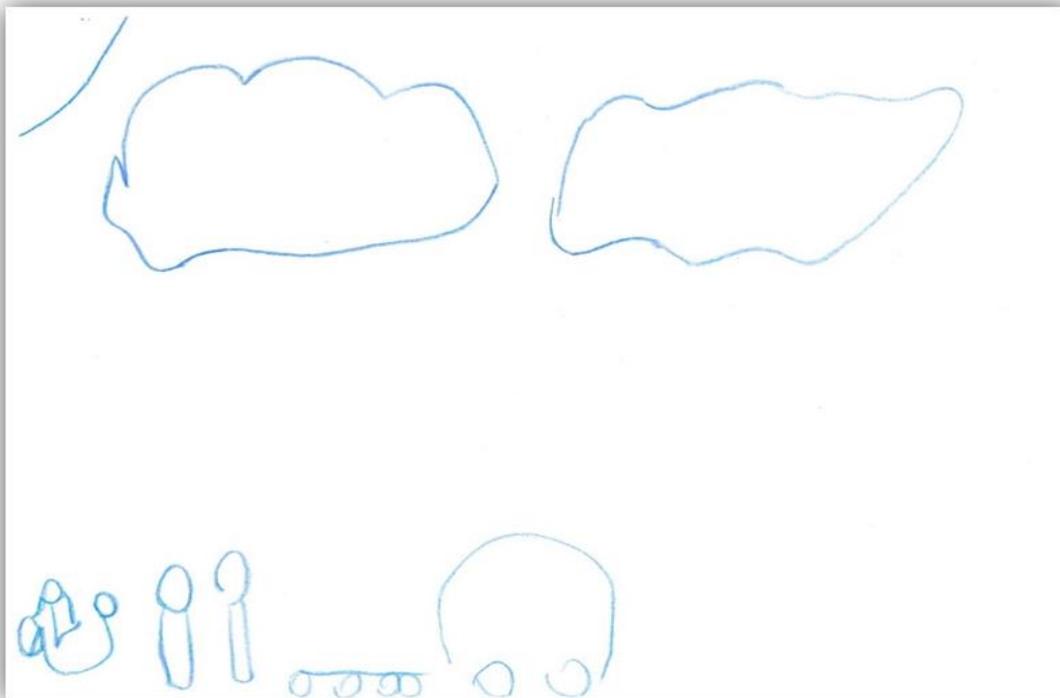


“Ele tava comendo feijão com arroz e carne. Quando ele comeu teve um bicho na comida dele e ele foi, chamou a mãe dele e dormiu.” (Joel, 4º DE-T).

Ainda referente a esse quarto tema do DE-T, Bruno elaborou a sua história a respeito de uma troca de brinquedos, o que pode ser associado à mudança que está prestes a viver. Bruno falou sobre o futuro, *"queria andar de carro quando crescer"*, ou seja, a possibilidade de mudança tem levado ao pensamento sobre *"quando crescer"*. Vale ressaltar que a criança intitula sua produção como *"Andando"*, o que levou à interpretação de que está seguindo em

frente na vida, indo adiante, com os olhos no futuro, como apresentado a seguir:

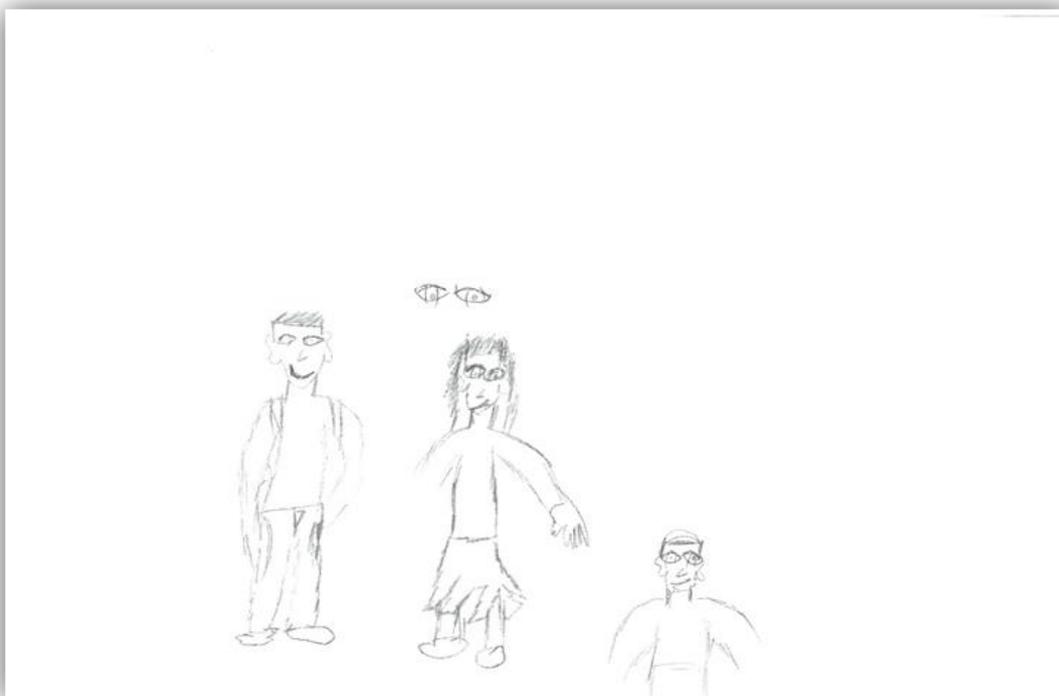
Figura 13: Moral da história: andando



“Eu tava andando de bicicleta e depois eu mudei de brinquedo e também eu queria andar de carro quando eu crescer. E você, quer andar de que?” (Bruno, 4º DE-T).

Ainda na quarta consigna, destacou-se a UP de Vinícius, que revelou um grande desejo e também esperança de ter uma família. Entretanto, é interessante observar que ele se desenhou pela metade (Figura 14), mostrando assim que vai aos pedaços para esta nova família. A mão da mãe está estendida tentando alcançá-lo, mas ele se posicionou a uma distância que dificulta esse contato. Além disso, há olhos observando ou vigiando essa família, os quais representam Deus, que em sua história é tão mencionado, a quem ele se dirigia pedindo que o ajudasse na realização desse sonho, refugiando-se, assim, na oração durante o período de espera.

Figura 14 – A criança que sempre orava



“Era uma vez um menino que queria ter uma família. Ou seria para a sua família biológica ou a sua família adotiva. E ele pedia ajuda para Deus todos os dias. E um longo dia, bem de tardezinha, chegou uma família querendo adotá-lo e essa criança ficou muito feliz, e conheceu a mãe, conheceu o pai e ficou tão feliz que chegou a noite, ele pediu: muito obrigado para Deus. E no outro dia, a família adotiva foi andar com ele no shopping, conhecer a casa, e ele conheceu tudo sobre a família inteira. Os dias foi passando, e todos esses dias que estava passando ele ficava sempre feliz, e toda noite agradecia ao seu Senhor Deus. Então, o dia que ele chegou na escola, e na saída os pais adotivos buscou na escola, ele ficou muito feliz por isso. No dia seguinte, ele teve uma audiência: se ele ia embora ou se era para a família adotiva esperar mais. O juiz viu o relatório e falou para o menino e disse: Você vai embora hoje. O menino ficou muito, muito alegre por isso. Nessa noite ele pediu,

pediu, pediu, pediu e pediu: Pai, muito obrigado por isso que Deus preparou para ele. Então, no dia seguinte, ele estava em sua casa. Cada dia desses, ele dizia: Muito obrigado pai, mãe e, principalmente, para o seu Deus, que ele confiava e tinha fé. E a família foram felizes para sempre. Fim da história, tia!” (Vinícius, 4º DE-T).

As necessidades de proteção, abrigo, ajuda para ser contido e cuidado com afeto foram evidentes para as cinco crianças participantes do estudo. Também foi recorrente à expressão de sentimentos derivados de conflito, como: culpa, abandono, solidão, tristeza e desproteção. Entretanto, perante a quarta consigna do DE-T, quatro crianças manifestaram sentimentos derivados do instinto de vida, como: alegria e amor, que foram expressos ao fazerem referência à família que gostariam de ter. Notou-se que pensar na possibilidade de viver em família lhes encorajou e motivou em relação ao futuro, dando-lhes esperança.

As expectativas das crianças em relação à adoção também foram identificadas na quarta UP do DE-T, por meio da esperança de uma família que dê amor e carinho, como pode ser visto a seguir. “*Eu gostaria de ter uma família porque a família só não vive com dinheiro, porque só de dar amor vale mais do que dinheiro*”; que dure para sempre: “*Era um dia que esta família que estava querendo adotar uma criança e conseguiu adotar e depois eles levou eles para casa deles e eles viveu feliz para sempre. Fim!*”; que seja cheia de cachorrinhos, que distribua e receba afetos: “*A menina que sonhava uma família que tinha uns cachorrinhos*”; que lhe sirva comida, ou seja, que supra suas carências afetivas: “*Ele tava comendo feijão com arroz e carne*”; que lhe permita brincar, viver a infância, mas que também lhe impulse ao crescimento e autonomia: “*Eu tava andando de bicicleta e depois eu mudei de brinquedo e também eu queria andar de carro quando eu crescer*”.

Considerações finais

Entende-se que esse trabalho, ancorado no estudo de caso coletivo, atingiu seu objetivo que foi compreender os sentimentos e expectativas que surgiram durante a transição da institucionalização para a adoção, sob o ponto de vista das crianças. Além disso, foram apresentadas pelas crianças informações referentes à época anterior ao acolhimento, contemplando as vivências na família de origem, mostrando, assim, que a história de vida delas iniciou bem antes do ingresso na instituição e que deve ser considerada e valorizada. Assim, o processo de adoção é composto por uma articulação entre três contextos, que incluem as vivências na família de origem, na instituição de acolhimento e na família por adoção.

Nota-se que é muito importante a realização de mais pesquisas que procurem escutar a infância institucionalizada para que a partir daí seja possível compreender como se dá o seu desenvolvimento e quais são os sentimentos que lhes sobrevém a partir das vivências em diversos contextos, como o da família de origem, o da instituição de acolhimento e o da família por adoção. Com isso, sendo escutados como sujeitos ativos e de direitos, poderão ser diretamente beneficiados, pois ao falarem sobre si conseguirão ressignificar a própria história, e de forma indireta, o trabalho de toda a rede de proteção à criança e ao adolescente poderá ser aperfeiçoado, pois ao ouvi-los abre-se a possibilidade de compreender como se sentem e de desenvolver ações que possam ajudá-los na elaboração daquilo que lhes ocorreu.

Referências

- Alves, J. R. (2018). *A representação familiar de crianças que vivenciaram o processo de adoção em diferentes configurações de família*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba.
- Araújo, I. C. C., Nascimento, D. B. & Nascimento, C. R. R. (2017). Desafios éticos e metodológicos em pesquisa com famílias e crianças no contexto da adoção. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*. 18(2), 58-73.
- Brasil (1990). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 01 de junho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Brasil (2009). *Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção*. Brasília. *Diário Oficial da União*, Seção 1. Recuperado em 02 de junho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm
- Brasil (2017). *Lei 13.509, de 22 de novembro de 2017: Dispõe sobre a adoção e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 27 de novembro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente & Conselho Nacional de Assistência Social (2009). *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Autor.

- Contente, S. R., Cavalcante, L. I. C. & Silva, S. S. da. C. (2013). Adoção e Preparação Infantil na Percepção dos Profissionais do Juizado da Infância e Juventude de Belém/PA. *Temas em Psicologia*, 21(2), 317-333.
- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.
- Florentino, B. R. B. (2014). Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. *FRACTAL Revista de Psicologia*, 26(1), 59-70.
- Fulgêncio, L. (2008). O brincar como modelo de tratamento psicanalítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 42(1). 124-136.
- Guedes, C. F. & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. spe.), 58-67.
- Guimarães, L. A. (2015). Escuta da criança no processo de adoção: procedimentos e direitos. In F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira & M. L. T. Nunes. (Orgs.). *Adoção: Legislação, cenários e práticas*. (pp. 125-147). São Paulo: Vetor.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395-415.
- Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 17(1), 28-38.
- Medeiros, B. C. D. & Martins, J. B. (2018). O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 38(1), 74-87.
- Merçon-Vargas, E. A., Rosa, E. M. & Dell'Aglio, D. D. (2015). História e legislação da adoção no Brasil. In: F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira & M. L. T. Nunes. (Orgs.). *Adoção: Legislação, cenários e práticas*. (pp. 29-47). São Paulo: Vetor.

- Padilha, M. G. S. & Gomide, P. I. C. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 53-61.
- Pereira, A. K. & Azambuja, M. R. F. de. (2015). História e legislação da adoção no Brasil. In: F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira & M. L. T. Nunes. (Orgs.). *Adoção: Legislação, cenários e práticas*. (pp. 17-27). São Paulo: Vetor.
- Reis, M. E. B. T. (2014). Adoção do ponto de vista da criança. *Revista Brasileira de Psicoterapia*. 16(3), 86-98.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Sólton, L.de. A. G. & Almeida, I. G. de. (2010). A delicada arte da conversa e da escuta. In: D. C. F. Bernardi. (Org.). *Cada caso é um caso: A voz de crianças e adolescentes em situação de abrigamento*. (pp. 61-73). São Paulo: Câmara Brasileira do livro.
- Stake, R. E. (2000). Case studies. In: N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Orgs.). *Handbook of qualitative research* (pp. 435-454). London: Sage.
- Trinca, W. (1984). *Diagnóstico psicológico: A prática clínica*. São Paulo: EPU.
- Trinca, W. (2013). Apresentação do procedimento de Desenhos-Estórias. In: W. Trinca (Org.). *Formas compreensivas de investigação psicológica* (pp. 11-30). São Paulo: Vetor.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1988).
- Winnicott, D. W. (2000). O apetite e os problemas emocionais. In: D. W. Winnicott (Org.), *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (pp. 91-111). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1936).

Winnicott, D. W. (2000). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: D. W. Winnicott (Org.), *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (pp. 316-331). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1951).

ESTUDO 2

A escuta das crianças na perspectiva dos profissionais de instituição de acolhimento

Listening to children from the perspective of host institution professionals

La escucha de los niños en la perspectiva de los profesionales de la institución de acogida

Resumo

O trabalho em instituição de acolhimento é rico e, ao mesmo tempo, contraditório, podendo ocasionar grandes angústias. Diante disso, essa pesquisa objetivou compreender sobre a atuação de profissionais nesse contexto, principalmente, no que se refere à escuta das crianças. Trata-se de uma investigação qualitativa e descritiva, sustentada no marco teórico psicanalítico, em que foi utilizada a estratégia do estudo de caso coletivo. A amostra foi composta por dez profissionais, os quais responderam a uma entrevista aberta, mediada pela apresentação de uma figura, e uma entrevista semiestruturada com dados sociodemográficos. Verificou-se que a escuta ativa tem sido realizada pelos entrevistados, ocasionando-lhes os sentimentos de tristeza, dor, impotência, insegurança, bem como dúvidas e despreparo diante dos relatos ouvidos, dando visibilidade à necessidade de políticas públicas voltadas para a formação continuada, reconhecimento, valorização e apoio aos profissionais para que eles possam atender de forma mais assertiva o melhor interesse das crianças.

Palavras-chave: institucionalização; cuidadores; criança acolhida; escuta ativa.

Abstract

Work in a host institution is rich and contradictory at the same time and may cause great anguish. Faced with this, this research aimed to understand the performance of professionals in this context, especially in regard to listening to children. It is a qualitative and descriptive

investigation, based on the psychoanalytic theoretical framework, in which the strategy of the collective case study was applied. The sampling consisted of ten professionals, who answered an open interview, mediated by the presentation of a figure, and a semistructured interview with sociodemographic data. It was verified that the affective listening has been carried out by the interviewees, causing them feelings of sadness, pain, impotence, insecurity, as well as doubts and unpreparedness before the heard reports, giving visibility to the need of public policies aimed at the continued formation, recognition, appreciation and support to the professionals so that they can attend more assertively the best interest of the children.

Keywords: institutionalization; caregivers; child foster; active listening.

Resumen

El trabajo en institución de acogida es rico y, al mismo tiempo, contradictorio, pudiendo ocasionar grandes angustias. En este sentido, el objetivo de esta investigación, es la actuación de profesionales en ese contexto, principalmente, en lo que se refiere a la escucha de los niños. Se trata de una investigación cualitativa y descriptiva, sustentada en el marco teórico psicoanalítico, en el que se utilizó la estrategia del estudio de caso colectivo. La muestra fue compuesta por diez profesionales, los cuales respondieron a una entrevista abierta, presentada a través de una figura, y a una entrevista semiestructurada con datos sociodemográficos. Se verificó que la escucha activa ha sido realizada por los entrevistados, ocasionándoles los sentimientos de tristeza, dolor, impotencia, inseguridad, así como dudas y desconcierto ante los relatos oídos, dando visibilidad a la necesidad de políticas públicas dirigidas a la formación continuada, reconocimiento, valorización y apoyo a los profesionales para que puedan atender de forma más asertiva el mejor interés de los niños.

Palabras clave: institucionalización; cuidadores; niño acogido; escucha activa.

Introdução

Ao analisar a própria etimologia da palavra infância nota-se que esta deriva do latim e seu significado está relacionado à incapacidade de falar, ou seja, de acordo com essa definição, a infância é vista como um período em que a pessoa seria incapaz de se pronunciar, manifestar opinião, tomar decisões, sendo que o adulto é quem costuma responder por ela. Essa visão adultocêntrica impede que a criança seja ouvida e que suas necessidades sejam, verdadeiramente, compreendidas, sendo, portanto, necessário trabalhar para modificar esse pensamento, admitindo que a criança é sujeito de direitos e, por isso, deve ter espaço para se expressar (Contente, Cavalcante & Silva, 2013).

De acordo com Oriente e Souza (2007) as crianças tornam-se “invisíveis” nos diferentes contextos pelos quais transitam, seja no âmbito familiar, escolar, judicial, bem como nas instituições de acolhimento, sendo esse um destaque na pesquisa das referidas autoras, as quais evidenciaram a invisibilidade e o silenciamento de crianças acolhidas, ressaltando que muito se deve ao despreparo intelectual e emocional dos funcionários que atuam nesse contexto. Em contrapartida, recentemente, Medeiros e Martins (2018) pontuaram que esse silenciamento tem sido superado e que a concepção da criança como um sujeito de direitos e capazes de falar tem se tornado mais difundida graças à ação de movimentos sociais e de profissionais que lidam com esse segmento da população, tendo também recebido influência de documentos elaborados pela Organização das Nações Unidas, os quais direcionaram as políticas sociais voltadas para a infância e reforçaram a luta por maior proteção a esse segmento da população, rompendo assim com uma visão atrelada à disciplina e dominação.

No Brasil, uma das políticas sociais direcionadas à infância é o acolhimento institucional, o qual tem sido atravessado por um processo de constantes mudanças ao longo

dos anos (Rossetti-Ferreira, Serrano & Almeida, 2011), principalmente, a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990). Anteriormente, o modo como o atendimento era oferecido foi alvo de críticas por parte de pesquisadores devido à inflexibilidade, disciplina coercitiva, massificação e privação do contato das crianças com o mundo externo (Prada, Williams & Weber, 2007). Atualmente, o acolhimento institucional se constitui em uma medida protetiva, de caráter provisório e temporário, não devendo ocasionar privação de liberdade para o acolhido (CONANDA & CNAS, 2009). Assim, essas instituições precisam utilizar estratégias de trabalho que ofereçam um cuidado respeitoso e emancipador para aqueles que nelas residem, tratando-os como sujeitos de direitos, estimulando-os a participarem na sociedade e permitindo que eles expressem seus sentimentos, ideias, opiniões e compartilhem suas experiências. Para que isso seja possível é fundamental que eles sejam ouvidos e que os profissionais estejam aptos para realização dessa escuta, sabendo ouvir cada criança considerando suas especificidades (Bernardi, 2010).

Nota-se que a escuta da infância institucionalizada é um assunto de grande relevância, que vem sendo discutido tanto no campo jurídico como no psicossocial. Isso porque, captar o olhar das próprias crianças sobre suas vivências, compreender suas expectativas e sentimentos, realizando uma escuta de qualidade é uma tarefa que desafia tanto profissionais da área quanto pesquisadores. Há de se destacar que “o sistema de proteção brasileiro ainda está aprendendo a incluir a participação das crianças e adolescentes nas práticas cotidianas dos serviços” (Guimarães, 2015, p.144) e para que essa inclusão ocorra é necessário um trabalho de capacitação dos profissionais preparando-os para que saibam ouvir esse segmento, haja vista que a fala da criança é uma construção que se dá no relacionamento com outra pessoa, por isso, ouvi-la significa ter momentos de interação, sendo importante investir tempo

em estar junto dela (Guimarães, 2015).

Além de ouvir é preciso saber o que fazer diante dos conteúdos construídos nessa relação. Assim, aquele que ouve deve estar preparado para realizar uma escuta ativa, que segundo Benjamim (2008) consiste em uma técnica de diálogo que inclui uma atitude positiva de calor, interesse e respeito pelo outro para que então seja possível compreendê-lo.

A este respeito, no campo jurídico, promulgou-se a Lei 13.431/17 que discorre sobre a escuta especializada e o depoimento especial, também conhecido como depoimento sem danos, de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Esta lei representa uma importante inovação na legislação brasileira e objetiva evitar a chamada vitimização secundária, ou seja, que o processo de escuta no judiciário seja invasivo e doloroso para a vítima. Algumas medidas que a referida lei preconiza são de que a escuta seja feita por profissional especializado, em um ambiente mais acolhedor, separado do local de audiência, evitando possíveis encontros com o réu. A criança/adolescente poderá então, nesse ambiente, relatar livremente o fato e as perguntas necessárias serão feitas em linguagem adequada para cada faixa etária. Além disso, o depoimento será gravado em áudio e vídeo, evitando que eles tenham que repetir os seus relatos diversas vezes para vários profissionais.

No que diz respeito ao campo psicossocial, nota-se que há muitos desafios éticos e metodológicos no estudo com crianças, entretanto, tem sido crescente o interesse em acessar a visão que elas possuem acerca dos fenômenos e cada vez mais tem sido valorizada a participação delas nas pesquisas. Desse modo, é possível planejar intervenções direcionadas para esse grupo de forma mais assertiva, principalmente no caso das crianças em situação de acolhimento institucional, as quais têm suas vidas decididas pelo sistema de justiça. Ao serem ouvidas nas pesquisas, tornam-se participantes de decisões relacionadas à sua existência e ao seu futuro (Araújo, Nascimento & Nascimento, 2017).

Considerando o contexto prático e o cotidiano de uma instituição de acolhimento, sabe-se que quem faz, diariamente, a escuta das crianças acolhidas, estabelece vínculos, educa, oferece cuidados e afetos são os cuidadores e demais profissionais, por isso, para que eles saibam ouvi-las, é necessário que também sejam ouvidos, treinados e apoiados durante o exercício da profissão. Tomás e Vectore (2012) apontaram vários desafios com os quais profissionais desta área se deparam como: má remuneração, rotina exaustiva, descaso de políticas públicas efetivas voltadas para o aprimoramento deste serviço, o que implica na dificuldade do estabelecimento de vínculos, mediações e interações com os acolhidos.

A princípio, o papel do cuidador se restringia ao provimento das necessidades básicas, de ordem física, vigilância e imposição de disciplina, aplicando correções ou punições aos acolhidos, realidade que passou a ser modificada a partir da implantação do ECA (Brasil, 1990), tendo o cuidador passado a se responsabilizar também pelos cuidados afetivos e intelectuais da criança (Prada et al., 2007). Além disso, conforme Epifânio e Gonçalves (2017) o ECA proporcionou uma mudança de paradigma, na qual as crianças deixaram de ser objetos de tutela do Estado e passaram a ser sujeitos de direitos. Assim, as instituições que antes tinham um formato repressor, massificador e punitivo passaram a ter como suas características principais a transitoriedade, excepcionalidade e provisoriedade, devendo sempre preservar os vínculos familiares e comunitários.

Acioli, Barreira, Lima, Lima e Assis (2018) também mencionam que ocorreram avanços na qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições de acolhimento após o ECA, entretanto, pontuam que ainda há um despreparo dos profissionais dessas instituições para lidar com crianças e adolescentes que viveram privações físicas e emocionais e que estão afastados da convivência familiar. Sendo, portanto, necessário propiciar capacitações e melhores condições trabalhistas, diminuindo a rotatividade, haja vista que a construção do

vínculo e de relações horizontais e afetivas com os referidos profissionais é extremamente importante para o desenvolvimento dos acolhidos. Assim, a instituição só poderá ser, realmente, um local de proteção se os cuidadores oferecerem às crianças tanto o suporte físico, quanto emocional.

Um estudo com educadoras e mães sociais, realizado por Magalhães, Costa e Cavalcante (2011) analisando a percepção sobre o trabalho que essas profissionais desenvolvem em uma instituição de acolhimento, apontou que os cuidados físicos, como alimentação, vestuário, higiene, são realizados com êxito, mas há limitações com relação aos cuidados afetivos e intelectuais. Tendo sido relatado pelas autoras que as crianças disputam pela atenção das cuidadoras, uma vez que não a recebem de forma individualizada ou personalizada, sendo bem restritas às suas oportunidades de fazer escolhas e de ter espaços de privacidade, já que tudo é voltado para o coletivo.

Cavalcante e Correa (2012) em pesquisa com profissionais de instituição de acolhimento constataram que esses se sentiam pouco preparados para atuar nesse contexto e mencionaram a necessidade de estratégias de capacitações. Em consonância com tais achados, Trivellato, Carvalho e Vectore (2013) verificaram que é dada pouca importância à formação, tanto nos critérios para a contratação, quanto nas ações de capacitação dos profissionais. Nota-se que, frequentemente, tem sido enfatizada por vários pesquisadores a necessidade de que as equipes de profissionais sejam treinadas e capacitadas de forma continuada, o que vem reforçar também a importância de pesquisas nesta área, pois elas poderão subsidiar a construção de tais formações e de outras intervenções que sejam apropriadas para este contexto (Cavalcante & Correa, 2012; Magalhães et al., 2011; Teixeira & Villachan-Lyra, 2015; Tomás & Vectore, 2012; Trivellato et al., 2013; Vectore & Carvalho, 2008).

Nota-se que o trabalho desempenhado em uma instituição de acolhimento é rico e, ao

mesmo tempo, contraditório, para quem o pratica e para quem o recebe, confundindo-se até mesmo com o sentimento materno em alguns momentos. Por isso, trata-se de um tema que precisa continuar sendo investigado, pois assim é possível melhorar as condições de trabalho para os profissionais, que vivenciam uma realidade de grandes angústias e, conseqüentemente, as melhorias poderão refletir na qualidade do atendimento oferecido às crianças e adolescentes acolhidos (Teixeira & Villachan-Lyra, 2015). Em suma, fica nítida a importância de mais estudos com este público, para que suas condições de trabalho sejam conhecidas e, então, seja possível intervir sobre elas e, se necessário, melhorá-las.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo compreender o trabalho dos profissionais de instituições de acolhimento, principalmente, no que se refere à realização da escuta das crianças para que a partir desse espaço de trocas seja possível beneficiar tanto os que cuidam quanto os que são cuidados.

Método

Este estudo consiste em uma investigação qualitativa e descritiva, sustentada no marco teórico psicanalítico, em que foi utilizada a estratégia do estudo de caso coletivo, aquele que permite ao pesquisador agrupar e estudar uma quantidade de casos para entender de forma mais detalhada um determinado fenômeno, população ou condição geral (Stake, 2000).

Participantes

O fenômeno comum estudado nessa pesquisa foi um grupo composto por dez profissionais de uma instituição de acolhimento, fato que tanto esgotou o campo de pesquisa, como apresentou saturação dos dados. Tendo sido adotados os seguintes critérios de inclusão: (a) estar atuando na instituição há pelo menos seis meses; (b) ter contato direto com as crianças; (c) aceitar participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (Vide Apêndice B). Tais requisitos se justificam, pois a escuta da criança foi uma informação importante nesse estudo, sendo necessário que os participantes já tivessem conhecimento e familiaridade com a dinâmica de uma instituição de acolhimento, tendo a oportunidade de se relacionar com as crianças frequentemente.

Instrumentos

Os profissionais responderam, inicialmente, a uma entrevista aberta, mediada pela apresentação de uma única figura impressa em preto e branco, a qual faz parte do Teste de Apercepção Infantil – CAT (Bellak & Bellak, 2016). Importante destacar que a figura selecionada (cartão 9), estampa a imagem de uma criança sozinha dentro de um berço, o que, em tese, facilitaria a associação com questões inerentes ao processo de acolhimento, sendo, portanto, utilizado unicamente como estímulo mediador da comunicação entre pesquisadora e participante, e não como um teste psicológico em si.

Na sequência, aplicou-se como instrumento auxiliar, uma entrevista semiestruturada (Vide Apêndice C), com o objetivo de coletar dados sociodemográficos dos participantes e de acessar mais informações a respeito da rotina e demais aspectos relacionados ao trabalho dos funcionários de uma instituição de acolhimento, enfatizando a escuta das crianças por parte destes.

Procedimentos

Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu nas dependências da instituição de acolhimento, em uma sala privativa, livre de interferências externas, possibilitando comodidade aos participantes e contribuindo para a manutenção do sigilo. Os encontros aconteceram em datas e horários, previamente, agendados com a coordenação da instituição. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por meio do qual os profissionais demonstraram

conformidade em participar da pesquisa. Nesse momento também foi solicitada permissão para que os encontros fossem registrados em áudio a fim de que nenhuma informação fosse perdida.

Em seguida, realizou-se a entrevista mediada pela imagem do CAT (cartão 9) a partir da solicitação: *“Olhando esta figura, fale a respeito de como é trabalhar em uma instituição de acolhimento e escutar o que as crianças procuram lhe dizer”*. Diante de tal estímulo os participantes puderam falar livremente, expondo suas impressões, sentimentos, memórias e opiniões. Na sequência, a entrevista semiestruturada foi então realizada, contendo perguntas referentes a dados sociodemográficos e a respeito do dia-a-dia na instituição de acolhimento, da rotina de trabalho e, principalmente, sobre a escuta da criança acolhida.

Análise de dados

Tratando-se o presente estudo de uma investigação clínico-qualitativa, os dados foram analisados de forma descritivo-interpretativa, consonante ao Método das Narrativas Psicanalíticas (Aiello-Vaisberg, 2004). Após cada entrevista, foi feita uma transcrição do encontro, contendo, além das informações relatadas pelos profissionais, as impressões e sensações da pesquisadora, de modo a esclarecer as características vinculares, particularmente de natureza da relação transferencial e contratransferencial. Ao final de cada transcrição, foi realizada uma síntese interpretativa referente às características emocionais dos profissionais e ao modo como eles atuam no relacionamento com a criança institucionalizada. Todas as narrativas que surgiram ao longo da coleta de dados foram apresentadas e debatidas com a orientadora visando uma compreensão mais precisa e aprofundada de cada caso. Ao final da coleta de dados foi realizada uma síntese geral buscando compreender a experiência destes profissionais de acolhimento em relação à escuta das crianças.

Considerações éticas

Este trabalho foi, inicialmente, aprovado pelo Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca em que foi realizada a coleta de dados (Vide Anexos I e II), em seguida pela coordenação da instituição de acolhimento e, posteriormente, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro sob o parecer número 2.509.026 (Vide Anexo III).

Resultados e Discussão

Os dez profissionais que aceitaram participar do estudo apresentaram faixa etária entre 30 a 60 anos, sendo nove do sexo feminino, entre elas seis cuidadoras, uma psicóloga, uma assistente social e uma auxiliar administrativo. O único participante do sexo masculino, também é o único homem do quadro de funcionários da instituição estudada, exercendo a função de motorista. Importante salientar que a composição do quadro de funcionários é consoante à literatura científica da área, que menciona a prevalência de mulheres neste contexto de trabalho, o que está relacionado com a chamada “feminização” das ocupações relacionadas ao cuidado e ao ensino de crianças, ou seja, há uma quantidade expressiva de mulheres se ocupando dessas atividades laborativas (Cavalcante & Corrêa, 2012).

Vale destacar que o próprio colaborador menciona por três vezes o fato de ser o único homem dentro da instituição, sentindo-se no dever de ser um referencial de pai e de homem para as crianças, o que pode ser observado na seguinte fala: *“Então, eu procuro... quando tô ouvindo essas lutas interiores que eles têm, eu procuro fazer o papel de pai, eu procuro fazer um papel assim de referência de homem.”* (Profissional 6).

O tempo de atuação desses profissionais na referida instituição variou de seis meses a dez anos, com uma média de quatro anos, o que mostra um tempo razoável de trabalho, não se

caracterizando alto índice de rotatividade, divergindo dos achados de Aciole et al. (2018), que elencaram a grande rotatividade dos colaboradores como um dos problemas das instituições de acolhimento, o que, segundo as autoras, é prejudicial para a formação de vínculos com os acolhidos. Com relação à escolaridade, nota-se que duas entrevistadas possuíam nível superior completo, sendo essas a psicóloga e a assistente social; cinco haviam cursado até o nível médio e três até o nível fundamental. Vale ressaltar que essas três eram as colaboradoras com maior tempo de trabalho dentro da instituição e também mais longevas, tendo sido contratadas antes que fossem formuladas as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA & CNAS, 2009), documento este que recomenda que os cuidadores possuam uma formação mínima de nível médio.

O único encontro realizado com cada cuidador teve a duração média de 30 minutos. Na primeira parte desse encontro, durante a entrevista aberta, em que se utilizou da projeção da imagem, pode-se observar que ao se depararem com o estímulo disparador e com a consigna² que remetia à escuta de crianças acolhidas institucionalmente, nove profissionais fizeram associações com sentimentos negativos, dizendo que percebiam que a criança acolhida muitas vezes apresentava: solidão, abandono, vazio, desproteção, tristeza, sofrimento, carência afetiva e confusão. Sendo os termos solidão e abandono os mais mencionados. Apenas uma das entrevistadas relatou termos positivos a partir da figura, sendo eles tranquilidade e paz. Entretanto, após a pesquisadora questionar se era possível fazer alguma associação entre a escuta de crianças acolhidas com a imagem, ela mencionou os termos preocupação, necessidade de cuidados e de diálogo com a criança, diferenciando do que havia dito antes.

Tais achados revelaram a visão dos colaboradores a respeito do trabalho

² “Olhando esta figura, fale a respeito de como é trabalhar em uma instituição de acolhimento e escutar o que as crianças procuram lhe dizer”.

desempenhado na escuta dos acolhidos, permeado por muita angústia, sofrimento e tristeza, o que contratransferencialmente também os adocece. Ficou em evidência a percepção dos profissionais de que as crianças estão sempre solicitando uma família a despeito do cuidado oferecido, como se verifica nos recortes a seguir:

"A gente começa a se colocar no lugar deles, né? Igual aqui (se referindo a imagem) a gente vê tipo que é o abandono, né? Criancinha tá lá sozinha... É igual aqui... Eles têm tudo, mas ao mesmo tempo eles não têm nada porque o que eles quer não é comida, não é uma casa boa, não é roupa boa.... Eles quer o que? O convívio familiar... E não tem, né?" (Profissional 1).

"Uma criança.... Eu vejo essa criança, uma criança que está assim: com um olhar, com um pedido de socorro. Uma criança sozinha que não tem ninguém por perto... Eu, as vezes, vou embora para casa triste, triste mesmo. Eles briga com a gente, eles agride a gente, não é porque eles está com raiva da gente não. É porque, as vezes, não é aquele abraço que eles quer, não é aquela conversa que eles quer... por tudo que a gente tenta ser amigo deles, tenta entender eles, mas não é isso que eles queria, por tudo que nós faiz uma comida diferente, chega um bolo, chega alguma coisa, mas cê vê que no fundo, no fundo, não é isso que eles quer... eles quer a família deles ou uma família que vem buscar..." (Profissional 3).

"Vontade que quando essa porta se abra, seja um familiar que esteja ali pra poder abraçar, dar amor, dar carinho para aquela criança deitada... Eu sinto que as crianças aqui, elas sentem um vazio muito grande que, independente, de todo amor que nós possamos dar pra elas, não vai suprir a ausência do pai e da mãe." (Profissional 7).

A estadia da criança na instituição de acolhimento é associada com um vazio,

podendo-se inferir que há uma incompletude ou um lugar desocupado, o qual deveria ser preenchido por uma família. Destaca-se nas falas que se seguem que diante desse vazio, os profissionais percebem que aqueles que estão acolhidos vivenciam uma constante inquietação, esperando por uma família que venha lhes resgatar.

"Olhando esta imagem a primeira visão que eu tive foi triste... Escuro... Uma criança sozinha que, com a porta aberta, sempre espera alguém pra... como se tivesse esperando alguém pra acolhê-lo, né? É como se a criança esperasse alguém que não tá ali pra chegar, né? E por mais que quando elas estejam no abrigo vai ter sempre alguém na porta, mas não são os pais, então de todo jeito é como se esse vazio continuasse." (Profissional 2).

"Eu vejo nessa imagem que tem alguém de longe olhando, né? E a criança tá se sentindo desprotegida, né? Querendo que alguém vá pegue ela, cuide dela, né? Mas... num vazio... ela tá pra mim... eu tô sentindo ela em um quarto vazio e alguém de longe olhando... Ela tá pedindo amor, afeto, carinho... ela tá pedindo uma família para ser cuidada." (Profissional 4).

Os profissionais mencionaram uma falta, um vazio que não pode ser preenchido por cuidados físicos como roupa, casa, comida, ou até mesmo pelo simples fato da presença de um adulto, corroborando a ideia de Aciole et al. (2018) de que a instituição de acolhimento, para ser considerada um espaço de proteção e não de riscos, precisa ir além dos cuidados físicos, suprindo as necessidades afetivas e intelectuais dos acolhidos. Por isso, torna-se tão importante o estabelecimento de vínculos afetivos seguros entre cuidadores e crianças acolhidas, o que foi amplamente discutido por Vectore e Carvalho (2008). Desse modo, é necessário que além de estar presente, o adulto interaja com a criança, realizando a escuta ativa de suas necessidades para que consiga construir uma relação segura e afetuosa,

contribuindo para o seu desenvolvimento e proteção.

Também é possível identificar no discurso dos profissionais a valorização da família como a solução para os “problemas” da criança, sendo que de acordo com Guimarães (2015) isso se deve a uma visão determinista presente historicamente em nossa cultura, que considera as crianças institucionalizadas, principalmente, as maiores, fadadas a desenvolverem psicopatologias. Entretanto, a autora ressalta que mais importante que a vivência em uma família é a construção de vínculos afetivos onde as crianças estiverem, ou seja, a instituição de acolhimento também pode ser um local de proteção e de desenvolvimento, sendo necessária a construção de relações afetivas nesses ambientes para que a criança possa se desenvolver adequadamente.

Contrastando essa visão de que a família é a única e mais saudável opção para um desenvolvimento adequado, encontra-se o relato da Profissional 5, a qual afirma que a criança precisa de alguém que lhe ofereça cuidados, sem especificar que seja um familiar. Desse modo, sinaliza que a própria profissional, pode ser esse alguém, na medida em que pode desempenhar tais cuidados para crianças que estão sob sua responsabilidade na instituição. Assim, ainda que seja provisório e temporário, o acolhimento institucional também deve ser um local que possibilite o desenvolvimento, devendo os profissionais assumir o compromisso de fazerem o melhor para os acolhidos, como ilustrado no recorte a seguir:

"Criança pequena, criança abandonada, que, realmente, precisa de amor, de carinho, de cuidado, precisa muito ser ajudada. Uma criança desse jeito aqui não tem como ela prosseguir, não tem como ela ser uma pessoa, uma pessoa de caráter, de bem, se não tiver ajuda de alguém. Precisa de ter carinho, amor e ser bem cuidada, né, alguém que protege." (Profissional 5).

Durante a realização da entrevista semiestruturada, os profissionais foram interrogados

sobre o motivo que os levou a trabalhar na instituição. Em resposta a tal questionamento, quatro profissionais relataram que a escolha por essa profissão estava relacionada ao fato de gostarem de trabalhar com crianças; duas pessoas apresentaram motivos relacionados à convicções religiosas como “*necessidade de dar amor e praticar o bem*”, fazendo uso do mecanismo de defesa deslocamento; duas citaram que não se tratou de uma escolha, sendo essa a oportunidade que havia aparecido em um momento que precisavam trabalhar; uma das profissionais de nível superior relacionou essa escolha com o fato de ter feito estágio na instituição e em seguida ter surgido a oportunidade de contratação e a outra revelou que ingressou na instituição através de indicação, ou seja, iniciaram o trabalho com crianças acolhidas a partir da oportunidade surgida. Conforme observado por Vectore e Carvalho (2008), os critérios para contratação estão mais relacionados com o “gostar de crianças” que com a formação profissional, o que também pode ser observado nos relatos dos colaboradores participantes da presente pesquisa.

Além disso, a despeito da legislação falar que precisam ser contratadas profissionais de nível médio e/ou superior, pois, teoricamente, pessoas com maior nível de escolaridade estariam melhor preparadas para o atendimento de crianças. Na prática, ao entrevistar profissionais do ensino fundamental, médio e superior todos apontaram que a escolha para trabalhar em uma instituição de acolhimento se deu em função da oportunidade surgida, o que é um indicativo de que na verdade elas não tiveram preparo específico para isso.

Na sequência, foram questionados sobre a rotina de trabalho, sendo importante destacar que os dez entrevistados mencionaram atividades relacionadas aos cuidados físicos e rotineiros, entretanto, sete citaram como parte de suas atribuições os cuidados afetivos, como pode ser visto nos exemplos a seguir:

"Prepara a comida, dá banho nas crianças, conversa com eles, dá conselhos, ouve o

que eles tem a questionar, as vezes a gente chora junto com eles. E, é assim o nosso dia." (Profissional 3).

"Eu acho que a mãe social, ela é de tudo um pouquinho, ela cozinha, ela faz uma comidinha gostosa, ela faz um bolinho de chocolate com cobertura e se torna tudo. É uma super mãe porque ela tem que ter sabedoria pra educar, pra amar, pra ouvir, pra falar, né, pra fazer uma comida e é isso, tem que ter tempo de calar e de falar. Então a gente se torna... Não tem assim uma coisa exata: "Hoje eu vou chegar e vou fazer isso"... Não! É a mesma coisa de uma mãe que levanta cedo e já tem que fazer mil coisas: estender uma roupa no arame, fazer uma comida, atender o chamado de um filho, é... fazer um curativo... É de tudo um pouco. Então... não tem, como se diz... uma regra. Não tem uma coisa certinha. É de tudo um pouquinho que a gente faz..." (Profissional 2).

O fato da maioria dos profissionais terem citado os cuidados relacionados à dimensão afetiva mostrou uma compreensão por parte deles de que o seu trabalho vai além dos aspectos físicos, o que está em consonância com o que é definido pelas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA & CNAS, 2009), cujo papel engloba a vinculação afetiva com as crianças, sem, contudo, ter a intenção de ocupar o lugar de família dos acolhidos, algo que é compreendido teoricamente, mas pode ser confuso para as crianças que estão diante dessa realidade.

Outro tópico abordado durante a entrevista foram os aspectos positivos e negativos no trabalho desenvolvido em uma instituição de acolhimento. No que diz respeito aos positivos destacou-se o aprendizado adquirido no exercício da profissão, sendo definido pelos profissionais como: *"tornar-se mais humano"*, *"mudança de olhar"*, *"a gente aprende a amar mais"*, *"aprende a dar mais valor no ser humano"*. Além disso, uma das profissionais elencou

como ponto positivo o fato de poder transmitir conhecimentos para as crianças “*elas aprende com a gente, e a gente agradece a Deus porque tá dando conta de passar o conhecimento da gente para elas*”. Assim, nota-se que os profissionais tanto ensinam quanto aprendem com as crianças, sendo o conhecimento uma via de mão dupla.

Como aspecto negativo, foi citado pela metade dos entrevistados o fato de terem que lidar com histórias tristes, permeadas por sofrimento e dor. Em geral, os funcionários demonstraram grande envolvimento com a dor das crianças, sofrendo junto com elas, procurando oferecer colo, abraço, cafuné, bem como palavras de estímulo e conforto, como pode ser visto no seguinte relato:

“A gente se doa demais, né, a gente se envolve com a dor das crianças, né. É... e, as vezes, eu, particularmente, não consigo ir embora pra casa sabendo que alguma criança está com alguma dificuldade em certas áreas, né, alguma situação difícil que está passando naquele momento. Eu não consigo ir embora antes de conversar com a criança, né, orar, até que ela esteja melhor. E... essa é uma parte, né, porque acaba que a gente fica um pouco abalada emocionalmente.” (Profissional 7).

Como foi dito por Teixeira e Villachan-Lyra (2015), o trabalho em uma instituição de acolhimento é permeado por grandes angústias. Isso pode ser visto também no caso dos profissionais participantes da presente pesquisa. Nota-se que há uma contratransferência, pois os profissionais compartilham dos sentimentos e das dores das crianças, chegando a “*chorar junto com elas*”, como é dito pela Profissional 2, e ficando “*um pouco abalada*”, conforme o relato da Profissional 7. Tal fato foi explanado com muita clareza pelo Profissional 6, tendo utilizado até mesmo a terminologia psicanalítica, transferência, ao longo de seu relato, como pode ser visto a seguir:

“As coisas difíceis é um pouquinho mais difícil porque às vezes você... de ouvir você

chora... É engraçado que há uma transferência (Pausa / Choro). Eu pensei que ia ser só uma entrevista... (Respirou fundo e retomou). Então, assim... Isso passa pra gente, transmite para a gente, então não é fácil você ouvir, você tem que ser muito forte pra você não chorar... Só de tá falando aqui agora eu já estou sentindo emocionado.”
(Profissional 6).

Outros aspectos negativos mencionados por eles foram a carga horária, rotina exaustiva, cansaço, desgaste físico e mental, escassez de recursos financeiros, pouca liberdade para sair com as crianças no dia-a-dia, ou seja, pouca participação nas atividades da comunidade; dificuldade da equipe técnica em repassar informações sobre a criança aos cuidadores, refletindo complicações no diálogo entre a equipe; e despreparo da rede de proteção em lidar com crianças vítimas de violência sexual, o que acaba ocasionando novos danos à elas. Tais achados se aproximaram de algumas das dificuldades apontadas por Tomás e Vectore (2012) como rotina exaustiva e descaso de políticas públicas. Além disso, acrescentaram outros desafios, os quais vão para além da própria instituição de acolhimento, incluindo toda a rede de proteção à criança e ao adolescente.

Diante da pergunta: “*Para você, como é trabalhar com crianças institucionalizadas?*”, foram identificadas três visões diferentes por parte dos entrevistados. Quatro profissionais responderam ressaltando os aspectos positivos do trabalho, identificando-o como prazeroso. Três mencionaram as dificuldades com as quais se deparavam no exercício da profissão e outras três mantiveram certa neutralidade, não se atendo nem aos aspectos positivos nem aos negativos, mas apresentando o trabalho como qualquer outra profissão, afirmando que há desafios, mas muitos aprendizados, demonstrando um equilíbrio entre os afetos positivos e negativos em relação ao trabalho, como observado nos recortes a seguir, os quais retratam os três posicionamentos citados, respectivamente.

"Ai, pra mim é ótimo, sabe, eu gosto porque eu gosto da criança e eu gosto de desafio dia-a-dia." (Profissional 8).

"Não é fácil! Eu já me senti transtornada psicologicamente com tantas informações delas (se referindo às crianças acolhidas), vindo delas" (Profissional 2).

"Normal... É tipo você trabalhar em uma creche, porém... A diferença é que aqui eles não vão embora e ficam aqui, mas é como se tivesse em uma casa normal." (Profissional 1).

Também foram questionados com relação à participação em cursos e/ou treinamentos, tendo sido obtidas as seguintes respostas: três profissionais afirmaram nunca terem participado; três participaram uma vez; duas disseram ter frequentado dois cursos; e as profissionais de nível superior mencionaram a participação em mais cursos, sem contudo, explicitar a quantidade. Uma delas afirmou ter participado de vários eventos dessa natureza, bem como de reuniões com a rede de proteção. Entretanto, segundo a outra colaboradora de nível superior os investimentos em formação eram poucos, ocorrendo no máximo dois ao ano, tendo apontado a necessidade de que eles fossem mais numerosos.

Em geral, verificou-se que a quantidade de eventos de capacitação profissional é bem reduzida, principalmente, para as cuidadoras das crianças, sendo que algumas nunca participaram de nenhum treinamento e outras participaram de um número muito pequeno, tendo sido identificadas cuidadoras com dez anos de trabalho na instituição que haviam participado de apenas dois cursos ao longo desse período, fazendo com que elas exercessem suas atividades baseadas apenas em suas experiências pessoais. Essa necessidade de investimentos em capacitações continuadas para os profissionais da área é bastante enfatizada por pesquisadores (Magalhães et al., 2011; Teixeira & Villachan-Lyra, 2015; Tomás & Vectore, 2012; Trivellato et al., 2013; Vectore & Carvalho, 2008; Cavalcante & Correa, 2012)

e foi confirmada na presente pesquisa.

Ainda com relação à formação dos profissionais, vale ressaltar que nove dentre as dez pessoas entrevistadas afirmaram possuir o desejo de participar de cursos a fim de aperfeiçoarem o seu trabalho, esclarecerem dúvidas e receberem apoio durante o exercício profissional. Apenas uma pessoa mencionou que não os considera importantes, utilizando a justificativa de que a mulher já possui o instinto materno para cuidar de crianças. Entretanto, a mesma profissional considerou relevantes as reuniões de equipe para discutir os casos, tendo também reforçado a necessidade das cuidadoras conhecerem o histórico da criança para que consigam lhes direcionar os cuidados mais adequados, como pode ser visto no relato a seguir:

“... acho que curso não é necessário pra aprender a cuidar de criança não, porque a mulher já tem o instinto materno pra cuidar (Risos), mas assim, acho que uma reunião de vez em quando pra gente se expor e falar o jeito da criança... A criança tá assim, ou assim... Entendeu? Acho que isso é bom... Quando as crianças chegam também, acho que passar pra gente o histórico delas pra gente saber lidar melhor... Eu acho que isso é muito necessário... Não é assim passado... As vezes alguma coisa é, mas não todas... E eu acho que isso é necessário, faz falta porque a criança chega, fica revoltado, chora, fica brabo com a gente, mas ocê não sabe o que aconteceu lá na casa dele... Como é que você vai entrar na vida daquela criança e ajudar ele se você não sabe o que aconteceu? De repente você fala alguma coisa pra ele que na casa dele era falado toda hora, né, e que ofende mais ainda.” (Profissional 5).

Ainda durante a entrevista semiestruturada foram abordados aspectos diretamente relacionados à escuta da criança, informação de grande relevância para essa pesquisa. A partir do questionamento “*Como é fazer a escuta de uma criança?*”, identificou-se formas diversas de nomear tal ação, bem como de realizá-la. Assim, com intuito de ampliar a compreensão a

esse respeito, a pesquisadora solicitou exemplos de momentos em que os profissionais haviam escutado alguma das crianças com as quais conviviam, tendo todos eles relatado histórias carregadas de dor e sofrimento, alguns com os olhos inundados por lágrimas.

Em geral, a escuta das crianças foi associada com aconselhar, disciplinar, instruir, corrigir, amar, brincar, dar atenção, oferecer confiança/segurança, mas também com a necessidade de não demonstrar emoções diante das histórias ouvidas e manutenção do sigilo, o que consiste em uma repressão, e pode se tornar contratransferencialmente muito sofrido. Para alguns profissionais, realizar essa escuta é algo melindroso, sendo necessária “*muita cautela*”. Nesse sentido, destacou-se a fala da Profissional 2, a qual afirmou sentir-se despreparada para ouvir as crianças devido ao fato de não ter conhecimento de suas histórias, pois tais informações não são disponibilizadas para a equipe de cuidadoras, queixa essa, que também foi apresentada por outras cuidadoras ao longo das entrevistas. Tal despreparo pode ser solucionado por meio de uma formação continuada dos profissionais e de melhorias na comunicação entre a equipe técnica e a equipe de cuidadoras.

"Como nós vamos ouvir a criança? Se nós não estamos preparadas pra isso? Pra ouvir nós temos que aprender mais com a equipe técnica o que tá acontecendo, qual é a necessidade da criança, pra poder fazer o melhor por ela."(Profissional 2).

Também vale destacar o modo como a Profissional 3 fez referência a escuta dos acolhidos, demonstrando ir além do que é verbal e do aconselhamento, acolhendo a criança com um abraço e oferecendo colo. Além disso, a visão dessa profissional se diferencia dos demais, pois ela afirma expressar suas emoções perante as crianças, chorando junto, algo que para os outros não é “permitido”.

"É doído! Tem certos assuntos que eles vem conversar com a gente que é muito triste, é muito doído, é revoltante, assim é... de certa forma dá uma revolta na gente que a

gente não tem nem palavra pra poder falar. O que a gente faz na hora, conforme é o assunto que eles vem abordar com a gente, é abraçar, por no colo e é aonde que eu faço chorar junto com eles, porque, tem coisa que é tão doída que a gente chora junto com eles e não tem palavra para conversar, porque, as vezes conforme a palavra que a gente vai conversar, a gente vai atrapalhar mais ainda. Aí, eu, muita das vezes, conforme o que conversa comigo eu coloco no colo, abraço e choro junto, e falo do amor de Deus." (Profissional 3).

A brincadeira foi associada com a escuta da criança por apenas duas profissionais, sendo uma delas a psicóloga e a outra uma das cuidadoras. O lúdico pode proporcionar inúmeros benefícios às crianças, pois como é dito por Winnicott (1971/1975) o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; conduz aos relacionamentos grupais além de ser uma forma de comunicação do mundo interno. Assim, a brincadeira pode auxiliar a criança a ressignificar a sua história de vida, sendo, portanto, muito importante que os profissionais de instituições de acolhimento saibam estimulá-la e valorizá-la. Nota-se que esse é um tema a ser trabalhado em capacitações e treinamento, devendo esclarecer os trabalhadores quanto aos benefícios da utilização de tal recurso e da importância de viabilizá-lo dentro da instituição, sendo a própria brincadeira uma forma de diálogo.

Também foi verificada a percepção dos trabalhadores sobre as circunstâncias em que as crianças devem ser ouvidas, sendo que para sete participantes a escuta começa a partir do momento em que a criança vai até eles para conversar, ou seja, o diálogo ocorre a partir da solicitação verbal da criança, estando eles, profissionais, em uma atitude mais passiva, de espera. Entretanto, duas cuidadoras tiveram um posicionamento diferente, pontuando que o cuidador é quem deve ir até a criança para escutá-la ao perceber que ela não está bem, realizando uma escuta que vai além do que está dito, estando atentas à comunicação não

verbal dos acolhidos, demonstrando uma atitude mais ativa, como pode ser visto nos seguintes relatos:

“... aí, chega o dia que eles chega, tá com a cabecinha baixa, aí, você vai lá pergunta o quê que foi, o que está acontecendo com você, hoje? Aí, você pergunta, né, o que é? Você quer falar com a tia? Se quiser falar com a tia, a tia está aqui para ouvir. Aí, eles falam. Aí, a gente vai ouvir eles. Sempre quando eles me contam as coisas é assim que acontece, tá tristinho eu vou lá querer saber, assim... se eu posso ajudar, o que está acontecendo e no fundo é alguma coisa que está machucando eles.” (Profissional 3).

“Se tá amontoadinha assim no canto é porque tá acontecendo alguma coisa, né. Então tem que chegar e conversar... Eu acho que tem que ser ouvido é nessas horas.” (Profissional 5).

Nota-se que a escuta das crianças esteve relacionada aos momentos em que elas estavam “tristes”, “emburradas”, “contrariadas”, “nos cantos”, “cabeça baixa”. Entretanto, o Profissional 6 enfatizou a importância de que a criança também seja ouvida nas circunstâncias favoráveis, nas quais falam sobre suas conquistas, sobre um passeio que participaram, um presente recebido, uma vitória no futebol, entre outras situações.

“... muitas das vezes a gente pensa que as crianças tem problema só quando tá triste. Não é! Eu não vejo por aí. Quando elas demonstram que estão bem, eu acho que também a gente tem que continuar próximo, continuar a participar da alegria delas porque isso aí traz um reforço, traz uma motivação para elas.... Porque é fácil você: Não... tá feliz? Tá bom então, eu vou só dar uma palavrinha aqui... Não! Se o menino tá feliz, ele quer te contar, então você tem que ficar ali também, da mesma forma que você aborda ele quando ele tá triste e gasta um tempo com ele ali, eu vejo que quando

ele tá feliz, também é necessário você passar um tempo com ele ali... Então, nessa alegria é bom você também estar participando." (Profissional 6).

Ainda sobre as circunstâncias em que as crianças devem ser ouvidas, é importante mencionar o posicionamento da profissional de psicologia, a qual associa o momento da escuta com o atendimento psicológico e afirma que tentava organizar as agendas de modo a escutar todas as crianças com um intervalo máximo de 15 dias. Ao ser questionada sobre a escuta fora do contexto de atendimento, ela afirmou que quando percebia alguma necessidade nos momentos de lanche ou em outras ocasiões do dia a dia, chamava a criança em particular para conversarem.

Na sequência, questionou-se a respeito do que o adulto deve comunicar às crianças. Diante disso, seis profissionais apresentaram conformidade nas respostas, nas quais enfatizaram que deve ser comunicada a verdade em relação a tudo que lhes diz respeito, como o processo no judiciário, o histórico de vida e as possibilidades em relação ao futuro, respeitando a faixa etária e a maturidade de cada criança. Nesse quesito, tais profissionais demonstram estar em consonância com a literatura da área, pois como é discutido por Bernardi (2010) a comunicação de todas essas informações às crianças é um direito delas e permite que participem ativamente do processo no qual estão inseridas. A referida autora também pontua que uma falha grave nas redes de proteção é o encobrimento ou a omissão de informações para os acolhidos, bem como para suas famílias. Sendo que a falta de diálogo pode tornar o período de acolhimento ainda mais difícil.

Notou-se que três entrevistadas tiveram os conteúdos de suas respostas mais voltados para o ensino da moral e dos bons costumes, afirmando que o adulto deve apresentar o certo e o errado para os acolhidos, como nos seguintes exemplos:

"Ensinar o caminho certo, tudo que é correto, tudo que é certo" (Profissional 3).

"Mostrar para criança do acolhimento o que é certo e errado" (Profissional 4).

"Então, acho que nós grande... é o nosso trabalho de ensinar pra eles cada coisinha um pouquinho, né? Conversar com eles cada coisa... Ensinar, realmente... Eu acho..." (Profissional 5).

E por fim, o Profissional 6 enfatizou que mais importante que as palavras são as demonstrações de amor. Com isso, mostra ter a compreensão de que a escuta da criança vai além do aconselhamento e que em alguns casos não é necessário comunicar algo verbalmente e sim estar pronto para construir relações afetivas seguras, o que é nomeado por ele como demonstrar amor, como pode ser visto no trecho a seguir:

"Palavras é bom. No momento certo você tem que dar palavra, você tem que tá corrigindo, você tem que dar palavra de ânimo, você tem que acarinhar, brincar, mas quando você demonstra amor, isso aí fala muito, fala muito mais do que palavra que sai de uma boca..." (Profissional 6).

Ao serem perguntados: *"Como você se sente quando uma criança lhe apresenta informações sobre a história de vida dela?"*, os profissionais foram unânimes em suas respostas, afirmando terem o sentimento de tristeza e impotência, com dificuldades de agir diante da situação por se sentirem incapazes ou com dúvidas sobre o que fazer. Alguns deles mencionaram que ouvir tais informações podem levá-los as lágrimas, mas ao mesmo tempo falam sobre a necessidade de manterem uma postura firme diante da criança, não permitindo que essa perceba a expressão de suas emoções frente as histórias narradas, acreditando que isso poderia prejudicá-las. Seguem alguns recortes das respostas dos profissionais a fim de ilustrar os dados apresentados:

"O nosso coração dói e a gente não sabe como agir, né? Igual eu falei... Cala? Dá um abraço? Fala que não pode, que é errado? Como lidar com essas crianças tão

carentes e ao mesmo tempo precisando de tanta informação, precisando de tantos conselhos, precisando de orientações, mas até onde a gente pode ir ou não, né?" (Profissional 2).

"Se sente triste sem saber o que fazer, sem saber como ajudar, porque a história deles para trás, as vezes é tão triste lá atrás que a gente fica, assim, sem saber... então, tem hora que a gente abraça, cala, porque não sabe o que falar." (Profissional 3).

"Tem hora que eu até choro por dentro, sozinha assim... Eu choro... Já chorei várias vezes... É duro, mas cê tem que ouvir, né... Tem uns que cê nem chora, mas tem uns que chora... Então... Então, quando cê não se emociona, dá... Agora, tem uns que a lágrima cai, não dá pra resistir não.... a gente não deixa eles vê que a gente chora, né..." (Profissional 5).

Na mesma direção a profissional 9 relata a necessidade em conter sua própria emoção:

"Ai, é uma situação muito difícil. Quando eles contam, sentir bem a gente não sente, mas eu procuro, quando eles fala, estar bem pra eles, né, porque eles já chegam com aquela situação difícil, aí vai e me conta a história. Eu vou ficar pior que eles? Não posso! Então eu procuro estar bem." (Profissional 9).

Por último, os profissionais foram questionados a respeito das facilidades e dificuldades em realizar a escuta da criança. No que é referido às dificuldades, três pessoas afirmaram que não possuíam. Notou-se que elas relataram racionalmente que não tinham nenhuma dificuldade, mas quando expressaram suas emoções afirmaram que era difícil e que choravam diante de algumas situações que presenciavam no local de trabalho. Assim, denota-se que essas profissionais estão sofrendo, pois estão utilizando em demasia os mecanismos de defesa da negação e da racionalização.

Os demais profissionais elencaram como dificuldades motivos diversos, como:

escassez de tempo para ouvir, o despreparo por não saberem o que fazer diante dos relatos, a complexidade dos casos, o momento da chegada das crianças na instituição e as emoções que são suscitadas, as desobediências e revoltas dos acolhidos. Verificou-se que com exceção da escassez de tempo, as demais dificuldades elencadas estão todas relacionadas ao pouco apoio que os profissionais recebem no exercício da profissão, o que gera um sentimento de despreparo para lidar com histórias tão complexas, e que acaba por mobilizar as suas próprias emoções.

Em relação às facilidades, foi apontado que as boas notícias ou histórias que falem de conquistas ou vitórias dos acolhidos, sejam na escola, no futebol, na brincadeira dentro da instituição, são mais fáceis e prazerosas de serem ouvidas. Também foi elencado como facilidade a escuta das crianças que “*são obedientes*”. A Profissional 3 mencionou que “*ouvir é fácil, o difícil é ajudar as crianças*”, desse modo, desconsiderou que a própria escuta é uma forma de ajuda.

Além disso, destacou-se o que foi dito pela profissional 2 “*Quando a criança fala você a conhece melhor e quando você conhece a criança, você sabe como lidar*”, a qual demonstrou que a escuta da criança permite que o profissional saiba lidar melhor com ela, o que também foi evidenciado na fala da Profissional 5, quando ela relatou um episódio em que ouviu uma criança e que através disso conheceu melhor a sua história, seus sentimentos e percebeu como manejar as situações de choro e angústia, como pode ser visto no trecho a seguir:

“Ouvir uma criança? Acho que é sentar e escutar, perguntar, dar carinho, igual aconteceu comigo e com a J. Eu fui conversando com ela e ela começou a me contar a vida dela e eu fiquei ouvindo, ela me ajudando lá e eu fiquei ouvindo... Ela tava me ajudando com a louça... Aí eu fui falando com ela e ela foi conversando comigo e

falou para mim assim: lá na casa da minha mãe eu ajudava minha mãe na louça, eu ajudava minha mãe limpar casa... até que ela falou tanto e depois começou a chorar... Foi o dia que ela chorou até a tarde, chorou de noite... então, eu acho assim, a partir do momento que você tá escutando a criança, cê tá sabendo que que passa dentro do coração dela... Agora nós já sabe lidar com ela quando ela começa a chorar.”
(Profissional 5).

Escutar a criança também permite compreender suas necessidades, desde as mais básicas até as mais complexas, podendo supri-las de forma mais assertiva, o que também pode ser ilustrado com um trecho da entrevista com a Profissional 5:

“A S. quando chegou aqui começou a conversar com a gente, se expressar e começou a falar da comida. As vezes a gente falava pra ela assim: Vamo comer isso assim, assim? Não, quero não... Não, não gosto não... Aí a gente falava: Por que que ocê não gosta? - Não, lá em casa nós não comia carne não. Lá em casa as carne era só pros adulto, as criança não comia carne não... Então, eles chegou aqui, eles não comia... Muita coisa eles não comia porque lá na casa deles quem comia era os adulto. Aí eu falava: O que que ocêis comia lá? – Nós comia muito leite condensado... Eles falava que a mãe deles levava muito leite condensado pra eles, fazia muito doce... Era leite condensado com pão, leite condensado purin, outra hora eles comia arroz branquinho, outra hora arroz com feijão. Então, aquilo ali era o ouvir, a gente ouvia da boca deles tudo... Igual, essas meninas que chegou agora também, elas não é acostumada a comer carne, elas não gosta de carne. Aí eu perguntei pra elas: Uai, por que ocêis não come carne? – Não, nós não é acostumado a comer carne. Então, isso aí cê tem que sentar e ouvir, você não pode obrigar elas a comer de uma vez porque elas não são acostumadas a comer. Então assim, eu estou prestando atenção

pra ver o que que gosta... Agora eu to prestando atenção e tô notando pra ver até aonde eu posso ajudar elas, né, pra poder ensinar a comer, que aquilo lá é bão... ensinar a comer uma verdura... Então tem que ser tudo devagar, né, porque elas não é acostumada com nada disso, o negócio delas é o arroz com o feijão... Eu acho assim, que a gente tem que ouvir nesse sentido assim, a gente vai ouvindo, vai conversando...” (Profissional 5).

Assim, o cuidador precisa estar atento, fazendo uma escuta do dito e do não dito para conseguir se adequar ao tipo de cuidado que a criança precisa, se esforçando para ir além do óbvio, compreendendo também a comunicação não verbal.

Considerações finais

Ao longo da pesquisa os profissionais puderam usufruir de um espaço de escuta sem julgamentos e preconceitos, onde tiveram liberdade para expor elogios, queixas, sugestões de melhorias e apontamentos referentes ao trabalho que executavam e em relação à rede de proteção dos direitos da criança/adolescente, da qual faziam parte. Além disso, através dos dados obtidos foram identificadas suas dificuldades e facilidades na realização da escuta daqueles que estão acolhidos, o modo e a ocasião em que a realizavam e os sentimentos que eram suscitados a partir dessa escuta, considerando-se, portanto, que os objetivos da pesquisa foram atendidos.

No discurso dos profissionais tiveram destaque os sentimentos de tristeza, dor e impotência diante da escuta das crianças, tendo ocorrido alguns episódios de choro ao longo da entrevista. A maioria deles mencionou que procuravam não expressar suas emoções perante as crianças, mostrando o quanto eles próprios também precisam usufruir de um espaço para serem ouvidos, recebendo apoio durante o exercício profissional, já que estão

diante de uma realidade marcada por histórias de violência e de direitos violados, a qual pode mobilizar vários tipos de sentimentos. Tudo isso evidenciou a necessidade de “um efetivo trabalho pela ou com a equipe técnica da instituição”, o que está em consonância com o que foi elencado por Trivellato et. al (2013, p. 304).

Em geral, notou-se que a escuta ativa tem sido realizada pelos profissionais entrevistados, tendo esses demonstrado satisfação e dedicação no trabalho com as crianças, entretanto, eles mencionaram a existência de insegurança, dúvidas e despreparo para lidar com algumas situações, o que deu visibilidade à necessidade de políticas públicas voltadas para a formação continuada, reconhecimento, valorização e apoio aos profissionais para que eles possam melhor atender os interesses das crianças que estão institucionalizadas a fim de que elas fiquem livres de possíveis preconceitos, tendo assegurados e respeitados os seus direitos civis, sociais e culturais.

Identificou-se necessidade de pesquisas em várias esferas do contexto de acolhimento institucional. No que se refere aos profissionais é importante realizar mais estudos, procurando compreender qual a visão de família que eles possuem; o modo mais adequado de selecioná-los; elencar os tópicos mais importantes a serem trabalhados em capacitações, e após essas terem sido realizadas verificar também a sua efetividade. Além disso, é necessário estender tais pesquisas a toda a rede de proteção à criança e ao adolescente para que essa esteja cada vez mais articulada, com os objetivos alinhados, aprimorando os pontos falhos e mantendo os que estão tendo êxito. Por fim, vale ressaltar que aqueles que são cuidados também precisam ser ouvidos, sendo necessário aprender a escutar as crianças institucionalizadas, procurando conhecer a visão delas a respeito do cuidado recebido.

Referências

- Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C., Lima, M. L. L. T & Assis, S. G. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciência & Saúde Coletiva*. 23(2), 529-542.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2004). *Ser e Fazer. Enquadres diferenciados na clínica winnicottiana*. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras.
- Araújo, I. C. C., Nascimento, D. B. & Nascimento, C. R. R. (2017). Desafios éticos e metodológicos em pesquisa com famílias e crianças no contexto da adoção. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*. 18(2), 58-73.
- Bellak, L. & Bellak, S. S. (2016). CAT-H: Teste de Apercepção Infantil: figuras humanas; adaptado à população brasileira [por] Adele de Miguel, Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo, Maria Cecília de Vilhena Moraes, Silésia Maria Veneroso Delphino Tosi; [tradução Maria Cecília de Vilhena Moraes]. São Paulo: Vetor. – (Coleção CAT-H; v.1).
- Benjamim, A. (2008). *A entrevista de ajuda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bernardi, D. C. F. (2010). A voz das crianças em situação de acolhimento. In D. C. F. Bernardi. (Org.), *Cada caso é um caso: A voz das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional*. (pp. 49-58). São Paulo: Associação Fazendo História e Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.
- Brasil (1990). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 01 de junho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Brasil (2017). *Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017: Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº*

- 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 05 de fevereiro, 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm
- Cavalcante, L. I. C. & Corrêa, L. S. (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de pesquisa*. 42(146), 494-517.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente & Conselho Nacional de Assistência Social (2009). *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Autor.
- Contente, S. R., Cavalcante, L. I. C. & Silva, S. S. da. C. (2013). Adoção e Preparação Infantil na Percepção dos Profissionais do Juizado da Infância e Juventude de Belém/PA. *Temas em Psicologia*, 21(2), 317-333.
- Epifânio, T. P. & Gonçalves, M. V. (2017). Crianças como sujeitos de direitos: uma revisão de literatura sobre crianças em situação de acolhimento institucional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. 25(2), 373-386.
- Guimarães, L. A. (2015). Escuta da criança no processo de adoção: procedimentos e direitos. In F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira & M. L. T. Nunes. (Orgs.). *Adoção: Legislação, cenários e práticas*. (pp. 125-147). São Paulo: Vetor.
- Magalhães, C. M. C., Costa, L. N. & Cavalcante, L. I. C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Revista de crescimento e desenvolvimento humano*. 21(3), 818-831.
- Medeiros, B. C. D. & Martins, J. B. (2018). O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 38(1), 74-87.

- Orionte, I. & Souza, S. M. G. (2007). Viver em abrigo: com a palavra, a criança. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. 2(1), 106-129.
- Prada, C. G., Williams, L. C. A. & Weber, L. N. D. (2007). Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. *Psicologia: Teoria e Prática*. 9(2), 14-25.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Serrano, S. A. & Almeida, I. G. (2011). Desafios e perspectivas para o acolhimento institucional. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano & I. G. Almeida. (Orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. (pp. 362-403). São Paulo: Hucitec.
- Stake, R. E. (2000). Case studies. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Orgs.), *Handbook of qualitative research* (pp. 435-454). London: Sage.
- Teixeira, P. A. S. & Villachan-Lyra, P. (2015). Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. *Psicologia & Sociedade*. 27(1). 199-210.
- Tomás, D. N. & Vectore, C. (2012). Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 32(3). 576-587.
- Trivellato, A. J., Carvalho, C. & Vectore, C. (2013). Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. 17(2). 299-307.
- Vectore, C. & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. 12(2). 441-449.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1971).

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

Ressalta-se que os dois estudos empíricos que compõem essa Dissertação se inter-relacionam, tendo em comum o fato de terem sido realizados no contexto do acolhimento institucional e, ainda que por perspectivas diferentes, ambos abordaram a temática da escuta da infância institucionalizada. Primeiramente, na ótica da própria criança que vivencia essa realidade e, em seguida, pelo olhar dos profissionais que atuam nesse cenário.

Há de se destacar que os instrumentos utilizados durante a coleta de dados dos dois estudos se mostraram adequados, possibilitando que os objetivos fossem amplamente atingidos. Tais estratégias metodológicas são ferramentas utilizadas no psicodiagnóstico interventivo de abordagem psicanalítica, o qual, a partir de um *holding* e um ambiente suficientemente bom, pode contribuir para a redução do sofrimento mental (Milani, Tomael & Greinert, 2014). Desse modo, o próprio método, na mesma medida em que investigou, foi também uma intervenção, o que possibilitou que tanto os acolhidos quanto os colaboradores, pudessem usufruir de um encontro verdadeiro, acolhedor e único, considerando-se inclusive, como um dos principais ganhos dos dois estudos.

Além disso, tanto o Estudo 1 quanto o Estudo 2 evidenciaram resultados que podem ter aplicações práticas no cotidiano das instituições. Entre eles, a utilização de brinquedos e brincadeiras se destacou como um recurso que pode contribuir para o desenvolvimento e bem-estar das crianças, tendo elas mesmas apontado as situações relacionadas à ludicidade como as mais prazerosas e agradáveis dentre aquelas vivenciadas no interior da instituição de acolhimento. Aponta-se ainda, que no Estudo 1, por meio do brincar as crianças conseguiram expressar parte de seu mundo interno, sinalizando que essa forma de comunicação, possibilita maior interação com o adulto colaborador, permitindo-lhes maior conhecimento de suas histórias pregressas e em sequência de suas necessidades e desejos. E em especial, destaca-se

que o psicólogo institucional, ao utilizar desse potente recurso terá maior facilidade de acesso tanto aos desejos e necessidades, quanto a questões mais inconscientes, como as fantasias, medos, expectativas e mecanismos de defesa das crianças institucionalizadas. Embora a possibilidade do brincar, utilizado tanto como meio comunicacional do mundo interno, como espaço potencial para o desenvolvimento da confiança no ambiente possa se desenvolver sob o olhar diferenciado e cuidadoso de qualquer profissional que atue na instituição de acolhimento, não foi um recurso muito lembrado pelos participantes do Estudo 2. Inclusive apenas duas participantes elencaram a brincadeira como uma forma de se comunicar com as crianças, sendo uma delas a psicóloga, a qual, possivelmente, teve contato com essa informação ao longo de sua formação acadêmica. Logo, esses dados salientaram que esse conteúdo necessita ser trabalhado em capacitações para que os demais profissionais compreendam os benefícios que o brincar proporciona para a criança e o quanto elas podem comunicar por essa via, e a partir daí utilizem essa estratégia ao escutá-las.

Ainda referente à necessidade de investimentos em capacitações e treinamentos, identificou-se que, principalmente para as cuidadoras, os eventos dessa natureza são praticamente escassos. Ademais, elas mencionaram que se sentiam despreparadas para lidar com muitas questões que as crianças lhes apresentavam referentes ao seu histórico e ao motivo do acolhimento, podendo esse despreparo ser amenizado ou até mesmo solucionado por meio da formação continuada, sendo necessárias políticas públicas direcionadas para esse contexto.

Outra temática a ser trabalhada em capacitações foi identificada no Estudo 1, no qual verificou-se que os cuidadores podem exercer um papel importante durante a preparação para a adoção. Tendo sido apresentado por uma criança que o convívio com uma cuidadora lhe fez sonhar novamente com uma família, evidenciando a necessidade de ter alguém que sonhe

junto. Diante disso, reafirma-se que os profissionais precisam estar a par da história daqueles que estão sob os seus cuidados, bem como do andamento do processo adotivo, sendo orientados e capacitados para que possam contribuir com a criança durante todo o período de acolhimento, destacando-se nessa pesquisa, o período de transição da instituição para a família substituta.

Ao longo da coleta de dados com os profissionais, alguns se emocionaram ao falarem a respeito do trabalho que realizavam, principalmente, ao contarem sobre a escuta das crianças e ao relembrares os conteúdos narrados por elas, mostrando que o contato com esses discursos e o próprio trabalho em si desperta uma sensibilidade que, segundo os entrevistados, precisa ser contida, principalmente, quando estão diante das crianças. Com isso, o Estudo 2 evidenciou que utilizam constantemente, dos mecanismos de defesa da repressão e negação, o que em excesso pode impedir um ajustamento efetivo à situação de angústia. Assim, é importante olhar para esses profissionais com mais cuidado, a fim de compreender o modo como se sentem, oferecendo-lhes um espaço de escuta e de suporte emocional, pois para que venham desempenhar o papel de cuidar de forma efetiva também precisam ser cuidados.

Uma das limitações dessa pesquisa foi quanto a realização do processo de devolutivas, com os participantes adultos, pois ao findar a coleta e análise de dados, a instituição passou por uma mudança de gestão, ocorrendo também alterações no quadro de funcionários, o que inviabilizou a realização de mais um encontro com cada um deles individualmente. No caso das crianças, duas tiveram o processo de transição da instituição para a família substituta efetivado antes que fosse possível a realização de uma devolutiva. Já com as outras três, foi realizada, sendo incluídas orientações aos postulantes, o que contribuiu para que esse processo de passagem fosse mais tranquilo tanto para a criança quanto para a família de adotantes. Vale ressaltar que ainda que não tenha sido possível realizar tais devolutivas com

cada participante separadamente, a modalidade utilizada para a coleta, sustentada no psicodiagnóstico interventivo possibilitou a devolutiva parcial a cada encontro. Sinaliza-se ainda, que atentando para uma postura ética, as pesquisadoras apresentarão os resultados finais dessa Dissertação à Vara da Infância e Juventude, ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e à instituição de acolhimento. Ademais, artigos serão publicados em revistas científicas, permitindo que outras pessoas que trabalham nessa área possam ter acesso aos resultados e discussão, e, com isso, venham repensar a forma de atuação, podendo vir a adequá-la em favor das crianças/adolescentes.

Também é importante salientar que por terem sido coletados dados apenas em uma instituição de acolhimento, não foi possível conhecer visões de profissionais e de crianças que atuam e vivem em outro contexto institucional, mostrando a necessidade de mais pesquisas nesse campo, a fim de que se possa conhecer a realidade de outras instituições e de outras comarcas. Para pesquisas posteriores, sugere-se que outros temas possam ser melhor explorados, como exemplo: a visão das crianças sobre a instituição de acolhimento, sobre o modo como os profissionais as escutam, bem como, sobre a interlocução com o judiciário, procurando sempre ouvi-las, elevando-as a uma posição de sujeito ativo com direito à voz.

Com relação aos profissionais, ressalta-se a necessidade de um levantamento das necessidades de treinamento e a formulação de encontros de capacitação continuada, sendo periodicamente verificada a eficácia dos mesmos. Também é importante que sejam ouvidos e apoiados em suas angústias, as quais podem ser ocasionadas por estarem diante de casos complexos de violação de direitos. Assim, poderão estar mais amparados, evitando o sentimento de despreparo no exercício da profissão e na realização da escuta das crianças.

REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO

- Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C., Lima, M. L. L. T & Assis, S. G. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciência & Saúde Coletiva*. 23(2), 529-542.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2004). *Ser e Fazer. Enquadres diferenciados na clínica winnicottiana*. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras.
- Alves, J. R. (2018). *A representação familiar de crianças que vivenciaram o processo de adoção em diferentes configurações de família*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba.
- Araújo, I. C. C., Nascimento, D. B. & Nascimento, C. R. R. (2017). Desafios éticos e metodológicos em pesquisa com famílias e crianças no contexto da adoção. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*. 18(2), 58-73.
- Bellak, L. & Bellak, S. S. (2016). CAT-H: Teste de Apercepção Infantil: figuras humanas; adaptado à população brasileira [por] Adele de Miguel, Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo, Maria Cecília de Vilhena Moraes, Silésia Maria Veneroso Delphino Tosi; [tradução Maria Cecilia de Vilhena Moraes]. São Paulo: Vetor. – (Coleção CAT-H; v.1).
- Benjamim, A. (2008). *A entrevista de ajuda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bernardi, D. C. F. (2010). A voz das crianças em situação de acolhimento. In D. C. F. Bernardi. (Org.), *Cada caso é um caso: A voz das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional*. (pp. 49-58). São Paulo: Associação Fazendo História e Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

- Brasil (1990). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 01 de junho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Brasil (2009). *Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção*. Brasília. *Diário Oficial da União*, Seção 1. Recuperado em 02 de junho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm
- Brasil (2017). *Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 05 de fevereiro, 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm
- Brasil (2017). *Lei 13.509, de 22 de novembro de 2017: Dispõe sobre a adoção e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 27 de novembro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm
- Cavalcante, L. I. C. & Corrêa, L. S. (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de pesquisa*. 42(146), 494-517.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente & Conselho Nacional de Assistência Social (2009). *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Autor.
- Contente, S. R., Cavalcante, L. I. C. & Silva, S. S. da. C. (2013). Adoção e Preparação Infantil na Percepção dos Profissionais do Juizado da Infância e Juventude de Belém/PA. *Temas em Psicologia*, 21(2), 317-333.

- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.
- Epifânio, T. P. & Gonçalves, M. V. (2017). Crianças como sujeitos de direitos: uma revisão de literatura sobre crianças em situação de acolhimento institucional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 25(2), 373-386.
- Florentino, B. R. B. (2014). Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. *FRACTAL Revista de Psicologia*, 26(1), 59-70.
- Fulgêncio, L. (2008). O brincar como modelo de tratamento psicanalítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 42(1), 124-136.
- Guedes, C. F. & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 58-67.
- Guimarães, L. A. (2015). Escuta da criança no processo de adoção: procedimentos e direitos. In F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira & M. L. T. Nunes. (Orgs.). *Adoção: Legislação, cenários e práticas*. (pp. 125-147). São Paulo: Vetor.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395-415.
- Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 17(1), 28-38.
- Magalhães, C. M. C., Costa, L. N. & Cavalcante, L. I. C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Revista de crescimento e desenvolvimento humano*, 21(3), 818-831.
- Medeiros, B. C. D. & Martins, J. B. (2018). O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 74-87.

- Merçon-Vargas, E. A., Rosa, E. M. & Dell’Aglio, D. D. (2015). História e legislação da adoção no Brasil. In: F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira & M. L. T. Nunes. (Orgs.). *Adoção: Legislação, cenários e práticas*. (pp. 29-47). São Paulo: Vetor.
- Milani, R. G., Tomael, M. M. & Greinert, B. R. M. (2014). Psicodiagnóstico interventivo psicanalítico. *Estudos interdisciplinares em Psicologia*. 5(1), 80-95.
- Oriente, I. & Souza, S. M. G. (2007). Viver em abrigo: com a palavra, a criança. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. 2(1), 106-129.
- Padilha, M. G. S. & Gomide, P. I. C. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 53-61.
- Pereira, A. K. & Azambuja, M. R. F. de. (2015). História e legislação da adoção no Brasil. In: F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira & M. L. T. Nunes. (Orgs.). *Adoção: Legislação, cenários e práticas*. (pp. 17-27). São Paulo: Vetor.
- Prada, C. G., Williams, L. C. A. & Weber, L. N. D. (2007). Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. *Psicologia: Teoria e Prática*. 9(2), 14-25.
- Reis, M. E. B. T. (2014). Adoção do ponto de vista da criança. *Revista Brasileira de Psicoterapia*. 16(3), 86-98.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Sólton, L.de. A. G. & Almeida, I. G. de. (2010). A delicada arte da conversa e da escuta. In: D. C. F. Bernardi. (Org.). *Cada caso é um caso: A voz de crianças e adolescentes em situação de abrigamento*. (pp. 61-73). São Paulo: Câmara Brasileira do livro.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Serrano, S. A. & Almeida, I. G. (2011). Desafios e perspectivas para o acolhimento institucional. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano & I. G. Almeida.

- (Orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. (pp. 362-403). São Paulo: Hucitec.
- Stake, R. E. (2000). Case studies. In: N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Orgs.). *Handbook of qualitative research* (pp. 435-454). London: Sage.
- Teixeira, P. A. S. & Villachan-Lyra, P. (2015). Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. *Psicologia & Sociedade*. 27(1). 199-210.
- Tomás, D. N. & Vectore, C. (2012). Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 32(3). 576-587.
- Trinca, W. (1984). *Diagnóstico psicológico: A prática clínica*. São Paulo: EPU.
- Trinca, W. (2013). Apresentação do procedimento de Desenhos-Estórias. In: W. Trinca (Org.). *Formas compreensivas de investigação psicológica* (pp. 11-30). São Paulo: Vetor.
- Trivellato, A. J., Carvalho, C. & Vectore, C. (2013). Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. 17(2). 299-307.
- Vectore, C. & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. 12(2). 441-449.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1988).
- Winnicott, D. W. (2000). O apetite e os problemas emocionais. In: D. W. Winnicott (Org.), *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (pp. 91-111). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1936).

Winnicott, D. W. (2000). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: D. W. Winnicott (Org.), *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (pp. 316-331). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1951).

APÊNDICES

Apêndice A

TERMO DE ESCLARECIMENTO

(Para participantes do grupo: Crianças em situação de Acolhimento Institucional)

TÍTULO DO PROJETO: Da institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situação de acolhimento

JUSTIFICATIVA E OS OBJETIVOS DA PESQUISA:

A criança sob sua responsabilidade está sendo convidada a participar do estudo: “Da institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situação de acolhimento”, por estar vivenciando um processo de medida de proteção que resultou no acolhimento institucional e na destituição do poder familiar, estando com uma adoção em vista. Os avanços na área das ciências ocorrem através de estudos como este, por isso a participação da criança é importante. O objetivo deste estudo é compreender a adoção sob a ótica da criança que vivencia esse processo, bem como compreender como os profissionais de instituições de acolhimento realizam a escuta dessas crianças.

PROCEDIMENTOS QUE SERÃO REALIZADOS E RISCOS:

Caso a criança participe, será necessário que as pesquisadoras tenham acesso ao documento que é nomeado como Plano Individual de Atendimento, formulado pela Instituição de Acolhimento. Além disso, serão necessários dois encontros da pesquisadora com a criança com duração, aproximada, de 50 minutos, sendo que no primeiro será realizado um momento lúdico com brincadeiras e jogos e no segundo, o procedimento de Desenho Estória Temático que consiste em desenhar e contar histórias sobre seus desenhos. Estes encontros ocorrerão em uma sala da própria Instituição de Acolhimento, em data e horário a serem definidos com a equipe técnica. Eles serão audiogravados e transcritos. A transcrição será arquivada em um banco de dados que poderá ser acessado posteriormente, permitindo que sejam relidas e interpretadas de acordo com a necessidade de novas pesquisas, respeitando ainda os preceitos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, em cada uma de suas análises.

BENEFÍCIOS DIRETOS PARA O PARTICIPANTE:

Espera-se que através desta pesquisa seja oferecido às crianças um espaço de escuta e acolhimento. As estratégias metodológicas que se pretende utilizar poderão trazer benefícios para os participantes, pois permitem compreender conteúdos inconscientes e a partir dessa oportunidade de expressar e interpretar sentimentos, angústias e desejos pode-se contribuir para a diminuição do sofrimento mental.

Além disso, espera-se que os conhecimentos adquiridos com os resultados deste estudo reflitam na prática dos profissionais que lidam com crianças institucionalizadas e na preparação das mesmas durante um processo de adoção, podendo estes vir a repensar a sua forma de atuação adequando-a em favor de tais crianças.

BASES DA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA, CONFIDENCIALIDADE E CUSTOS:

Você e a criança sob sua responsabilidade poderão obter todas as informações que quiserem. Ela poderá ou não participar da pesquisa e o seu consentimento poderá ser retirado a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Pela participação no estudo, você nem a criança receberão qualquer valor em dinheiro, mas haverá a garantia de que todas as despesas necessárias para a

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3700-6776.

realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Há um risco mínimo de identificação dos participantes, mas para amenizá-lo as pesquisadoras atribuirão nomes fictícios, assegurando a confidencialidade e privacidade, a fim de preservar os participantes de qualquer situação de risco ou exposição. O nome da criança não aparecerá em qualquer momento do estudo, pois ela será identificada por um número ou por uma letra ou outro código.

Contato das pesquisadoras:

Nome: Martha Franco Diniz Hueb
E-mail: huebmartha@gmail.com

Nome: Isabela Silva Rocha
E-mail: isabelasilvarocha16@gmail.com

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3700-6776.

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

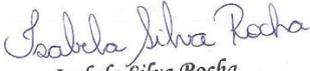
TÍTULO DO PROJETO: Da institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situação de acolhimento

Eu, _____, responsável pelo representado, _____, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos o representado será submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que a criança sob minha responsabilidade e eu somos livres para interromper a sua participação a qualquer momento, sem justificar esta decisão e que isso não afetará o serviço que ela está recebendo. Sei que o nome da criança não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para que ela participe do estudo. Concordo com a participação da criança no estudo, “DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À ADOÇÃO: ESCUTA ATIVA DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO”, e receberei uma via assinada deste documento.



Martha Franco Diniz Hueb
Psicóloga - UFTM
CRP - 04/6723
SIAPE - 1701318

Assinatura do pesquisador responsável



Isabela Silva Rocha
Psicóloga
CRP 04/45010

Assinatura do pesquisador assistente

Contato das pesquisadoras:

Nome: Martha Franco Diniz Hueb
E-mail: huebmartha@gmail.com

Nome: Isabela Silva Rocha
E-mail: isabelasilvarocha16@gmail.com

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3700-6776.

Apêndice B

TERMO DE ESCLARECIMENTO

(Para participação de profissionais de Instituição de Acolhimento)

TÍTULO DO PROJETO: Da institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situação de acolhimento

JUSTIFICATIVA E OS OBJETIVOS DA PESQUISA:

Você está sendo convidado(a) a participar do estudo: “Da institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situação de acolhimento”, por ser um(a) profissional de uma instituição de acolhimento, que lida com crianças sob medida de proteção judicial, que em alguns casos, foram destituídas do poder familiar e têm a adoção como uma possibilidade de convivência familiar. O objetivo deste estudo é compreender a adoção sob a ótica da criança que vivencia esse processo, bem como compreender como os profissionais de instituições de acolhimento realizam a escuta dessas crianças.

PROCEDIMENTOS QUE SERÃO REALIZADOS E RISCOS:

Caso você aceite participar, irá responder a uma pergunta a partir da observação de uma imagem disparadora e, na sequência, uma entrevista que contém algumas perguntas sobre seu dia-a-dia de trabalho e sobre a escuta das crianças com as quais trabalha. Este encontro será audiogravado e transcrito. A transcrição será arquivada em um banco de dados que poderá ser acessado posteriormente, permitindo que sejam relidas e interpretadas de acordo com a necessidade de novas pesquisas, respeitando ainda os preceitos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos em cada uma de suas análises.

BENEFÍCIOS DIRETOS PARA O PARTICIPANTE:

Espera-se que através desta pesquisa seja possível conhecer mais sobre a realidade daqueles que trabalham com crianças em situação de acolhimento institucional e sobre como eles realizam a escuta dessas crianças. Além disso, espera-se que os conhecimentos adquiridos com os resultados deste estudo reflitam na prática destes profissionais e na preparação das crianças durante um processo de adoção, podendo estes vir a repensar a sua forma de atuação adequando-a em favor de tais crianças.

BASES DA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA, CONFIDENCIALIDADE E CUSTOS:

Você poderá obter todas as informações que quiser a respeito da pesquisa. O seu consentimento poderá ser retirado a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Pela participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas haverá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Há um risco mínimo de identificação dos participantes, mas para amenizá-lo as pesquisadoras atribuirão nomes fictícios, assegurando a confidencialidade e privacidade, a fim de preservar os participantes de qualquer situação de risco ou exposição. O seu nome não aparecerá em qualquer momento do estudo, pois ele será substituído por um número ou por uma letra ou outro código.

Contato das pesquisadoras:

Nome: Martha Franco Diniz Hueb

E-mail: huebmartha@gmail.com

Nome: Isabela Silva Rocha

E-mail: isabelasilvarocha16@gmail.com

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3700-6776.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

TÍTULO DO PROJETO: Da institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situação de acolhimento

Eu, _____, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não afetará o serviço que estou recebendo. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo. Concordo em participar do estudo, “Da institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situação de acolhimento”, e receberei uma via assinada deste documento.

Uberaba,//.....

Assinatura do voluntário



Martha Franco Diniz Hueb
Psicóloga - UFTM
CRP - 04/6723
SIAPE - 1701318

Assinatura do pesquisador responsável



Isabela Silva Rocha
Isabela Silva Rocha
Psicóloga
CRP 04/45010

Assinatura do pesquisador assistente

Contato dos pesquisadores:

Nome: Martha Franco Diniz Hueb
E-mail: huebmartha@gmail.com

Nome: Isabela Silva Rocha
E-mail: isabelasilvarocha16@gmail.com

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3700-6776.

Apêndice C

Roteiro de entrevista com profissionais

- Aspectos sociodemográficos:

1- Sexo:

2- Idade:

- Aspectos referentes ao trabalho

3- Há quanto tempo trabalha em instituição de acolhimento?

4- Por que você escolheu trabalhar aqui?

5- Descreva a sua rotina, conte como é o seu dia de trabalho.

6- Como é a sua jornada de trabalho (turno, folgas)?

7- Fale dos aspectos positivos e negativos do seu trabalho.

- Aspectos referentes à escuta da criança

8- Para você como é trabalhar com crianças institucionalizadas?

9- Como é fazer a escuta de uma criança?

10- Em quais circunstâncias elas devem ser ouvidas?

11- O que o adulto deve comunicar às crianças?

12- Como você se sente quando uma criança lhe apresenta informações sobre sua história?

13- Quais são as suas dificuldades e facilidades em ouvir às crianças?

14- Existe algum curso ou formação que é oferecida aos profissionais da instituição? Se sim, você já participou de algum?

15- Você gostaria de falar mais alguma coisa que acha importante?

ANEXOS

Anexo I

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

CONCLUSÃO

No dia _____ de _____ de 2016, faço estes autos conclusos ao Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Uberlândia.

A Escrivã:

Autos nº: 0702.16.058408-3
Espécie: Autorização Judicial
Requerente: Isabela Silva Rocha

Vistos

Versam os presentes autos sobre autorização judicial, no qual Isabela Silva Rocha requer autorização para realização do projeto "Sentimentos e expectativas atribuídos por crianças institucionalizadas em relação à adoção" envolvendo crianças institucionalizadas.

Relatório elaborado pelo Serviço de Apoio, Núcleo de Instituições, acostado à fl. 27.

O Ministério Público exarou parecer à fl. 28, opinando pelo deferimento do pedido, nos termos sugeridos pelo SA.

Breve relato. Decido

Analisando detidamente os autos, verifica-se que o requerimento formulado às fls. 02 a 24 não fere as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e estão em consonância com os princípios da proteção integral, da dignidade da pessoa humana e do sigilo das informações.

Além disso, o pedido inicial atende aos fins sociais, às exigências do bem comum e ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, preconizados pelo ECA.

Posto isso, diante do parecer ministerial favorável, **defiro** o pedido de fl. 02 a 24, autorizando a execução do projeto, conforme sugerido no relatório de fl. 27.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Lado outro, **decreto a extinção** deste processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC c/c art. 152, do ECA.

Ademais, cientifique a requerente que, nos termos do art. 247 do ECA (Lei nº 8.069/90), constitui infração administrativa divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, imagem, relativo à criança ou adolescente. Portanto, qualquer referência às crianças e aos adolescentes deverá ser feita somente citando-se as iniciais do nome destes, de modo a não identificá-los.

Remetam-se os autos ao Setor de Apoio para que um de seus Comissários (Núcleo de Instituições) cientifique a requerente sobre esta decisão, assim como às Instituições de Acolhimento envolvidas, sobre a autorização concedida.

Isento de custas.

P.I.C.

Após o trânsito em julgado, arquite-se com baixa.

Uberlândia, 18 de novembro de 2016.

José Roberto Poiani
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Recebi estes autos em _____ de _____ de 2016.

A Escrivã:

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
CERTIDÃO - REGISTRO DE SENTENÇA
Certifico e dou fé que a sentença foi registrada
às fls. 94 do livro nº 14716
12 de 10 de 16
P. O. A. 100/16

AP/SA
19/10/16

Anexo II

MM. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Uberlândia-MG.

Uberlândia, 18 de novembro de 2017.

Ofício nº. 01/2017

*Autorizo conforme abaixo requerido
Intend. -
Vltm; 78-12-17*

ASSUNTO: Atualização do projeto de pesquisa "Sentimentos e expectativas de crianças institucionalizadas em relação à adoção".

José Roberto Botelho
Juiz de Direito
Vara da Infância e Juventude

MM. Juiz,

Há um ano nos foi concedida a autorização para executarmos o projeto de pesquisa de mestrado da aluna Isabela Silva Rocha, sob a orientação da professora Dra. Martha Franco Diniz Hueb, em uma Instituição de Acolhimento da Comarca de Uberlândia. Após o projeto ter sido qualificado e a aluna ter revisado a literatura científica e intensificado seus estudos sobre esta temática percebeu a necessidade de expandir a pesquisa, que antes seria feita somente com as crianças acolhidas utilizando-se uma sessão lúdica e o instrumento de Desenho-Estória Temático. Gostaríamos de solicitar autorização para ampliarmos a pesquisa ouvindo também os funcionários da instituição através de entrevistas que serão mediadas por uma imagem disparadora. Com essa ampliação o título do estudo também será modificado, passando a ser nomeado como: *Da institucionalização a adoção: escuta ativa de necessidades e desejos de crianças em situação de acolhimento.*

O objetivo do estudo é compreender a adoção sob a ótica da criança que vivencia esse processo estando institucionalizada e destituída do poder familiar, bem como compreender como os profissionais de instituições de acolhimento realizam a escuta da criança. As estratégias metodológicas que pretende-se utilizar são ferramentas do psicodiagnóstico interventivo de abordagem psicanalítica e poderão trazer benefícios para os participantes, pois este método permite compreender conteúdos inconscientes e a partir dessa oportunidade de expressar sentimentos, angústias e desejos pode-se contribuir para a diminuição do sofrimento mental.

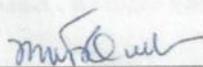
Nesse sentido, o presente trabalho poderá oferecer contribuições, já que possibilitará a estas crianças um espaço de escuta e acolhimento. A publicação do estudo, após sua conclusão, seguirá todas as exigências éticas, mantendo em sigilo a identidade dos participantes e utilizando apenas as

Botelho

mmfroux

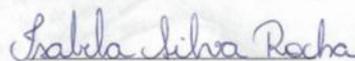
iniciais de seus nomes. Com esta publicação outras pessoas que trabalham com indivíduos em acolhimento poderão ter acesso aos resultados e discussão, e repensar a sua forma de atuação podendo vir a adequar a sua prática em favor de tais crianças/adolescentes.

Sem mais para o momento. Renovamos considerações e apreço.



Martha Franco Diniz Hueb
Orientadora

Martha Franco Diniz Hueb
Psicóloga - UFTM
CRP - 04/6723
SIAPE - 1701318



Isabela Silva Rocha
Mestranda

Isabela Silva Rocha
Psicóloga
CRP 04/45010

Exmo. Sr.
Dr. JOSÉ ROBERTO POIANI
Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Uberlândia-MG
NESTA.

Anexo III



Luciana Kind <noreply.ojs@scielo.org>

para mim ▾

Isabela Silva Rocha,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À ADOÇÃO: ESCUTA ATIVA DE NECESSIDADES E DESEJOS DE CRIANÇAS ACOLHIDAS" para *Psicologia & Sociedade*. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema localizado em:

URL do Manuscrito:

<http://submission.scielo.br/index.php/psoc/author/submission/193866>

Login: isabela_silvarocha

Informamos que, devido ao grande número de submissões recebidas e necessidade de atendimento a critérios de distribuição regional e internacional, a perspectiva de publicação dos artigos é de pelo menos 1 ano.

Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

...

Luciana Kind
Psicologia & Sociedade
Revista *Psicologia & Sociedade*
revistapsisoc@gmail.com

Anexo IV



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



Continuação do Parecer: 2.509.026

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1070931.pdf	05/02/2018 21:16:49		Aceito
Outros	AnexoV_Roteiro_de_Entrevista.pdf	05/02/2018 21:09:13	Isabela Silva Rocha	Aceito
Outros	AnexoIV_Imagem_estimulo.pdf	05/02/2018 21:06:28	Isabela Silva Rocha	Aceito
Outros	AnexoIII_Autorizacao_da_Instituicao.pdf	05/02/2018 21:05:23	Isabela Silva Rocha	Aceito
Outros	AnexoII_Autorizacao_do_Judiciario_II.pdf	05/02/2018 21:03:56	Isabela Silva Rocha	Aceito
Outros	AnexoI_Autorizacao_do_Judiciario_I.pdf	05/02/2018 21:02:09	Isabela Silva Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ApendiceII_TCLE.pdf	05/02/2018 20:46:08	Isabela Silva Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ApendiceI_TALE.pdf	05/02/2018 20:42:39	Isabela Silva Rocha	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.doc	05/02/2018 20:38:36	Isabela Silva Rocha	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	05/02/2018 20:09:04	Isabela Silva Rocha	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERABA, 23 de Fevereiro de 2018

Assinado por:

Alessandra Cavalcanti de Albuquerque e Souza
(Coordenador)